

# Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20  
25



# Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

## Relatório Municipal ODS 2025 **Goianésia do Pará**



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**

**Helder Zahluth Barbalho**  
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A  
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

**Marcel do Nascimento Botelho**  
Diretor-Presidente

**Deyvison Andrey Medrado Gonçalves**  
Diretor Científico

**Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza**  
Diretor de Estudos e Pesquisas  
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

**Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos**  
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão  
da Informação

**Luziane Cravo Silva**  
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

**Juliano Gotardo Pancieri**  
Diretor Administrativo

**Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari**  
Diretor de Operações Técnicas

**Osvaldo Trindade Carvalho**  
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

**EXPEDIENTE**

**Marcel do Nascimento Botelho**  
Diretor-Presidente

**Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza**  
Diretor de Estudos e Pesquisas  
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

**Marcelo Santos Chaves**  
Coordenador de Estudos Econômicos  
e Análise Conjuntural

**Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA**  
Coordenador Geral da Pesquisa

**Marcelo Santos Chaves – FAPESPA**  
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos  
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**  
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social  
da Amazônia – AMAZON CETEC**  
Organização

# ÍNDICE

<b>Introdução.....</b>	<b>8</b>
<b>Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....</b>	<b>9</b>
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
<b>Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....</b>	<b>11</b>
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
<b>Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....</b>	<b>14</b>
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
<b>Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....</b>	<b>17</b>
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
<b>Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....</b>	<b>19</b>
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
<b>Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....</b>	<b>22</b>
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	<b>Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....</b>	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	<b>Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....</b>	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	<b>Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....</b>	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	<b>Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....</b>	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	<b>Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....</b>	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	<b>Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....</b>	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	<b>Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....</b>	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	<b>Objetivo 14 – Vida na Água.....</b>	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	<b>Objetivo 15 – Vida Terrestre.....</b>	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	<b>Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....</b>	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	<b>Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....</b>	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	<b>Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....</b>	50
	<b>Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....</b>	51

# LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Evolução da Taxa de Pobreza, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023) .....	10
<b>Gráfico 2</b> - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023) .....	11
<b>Gráfico 3</b> - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	12
<b>Gráfico 4</b> - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023) .....	13
<b>Gráfico 5</b> - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023) .....	15
<b>Gráfico 6</b> - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023) .....	16
<b>Gráfico 7</b> - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	18
<b>Gráfico 8</b> - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023) .....	19
<b>Gráfico 9</b> - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	20
<b>Gráfico 10</b> - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	21
<b>Gráfico 11</b> - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	23
<b>Gráfico 12</b> - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023) .....	24
<b>Gráfico 13</b> - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	25



# LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 14</b> - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023) .....	26
<b>Gráfico 15</b> - Empregos Formais por Mil Habitantes, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	28
<b>Gráfico 16</b> - PIB per capita, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022).....	29
<b>Gráfico 17</b> - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022) .....	31
<b>Gráfico 18</b> - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023) .....	32
<b>Gráfico 19</b> - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2022) .....	33
<b>Gráfico 20</b> - Acesso à Telefonia Móvel, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023) .....	35
<b>Gráfico 21</b> - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023) .....	36
<b>Gráfico 22</b> - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023) .....	37
<b>Gráfico 23</b> - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023) .....	38
<b>Gráfico 24</b> - Gastos per capita com prevenção de desastres, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023) .....	40
<b>Gráfico 25</b> - Despesa per capita com preservação aquática, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023) .....	42
<b>Gráfico 26</b> - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023) .....	43
<b>Gráfico 27</b> - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	44
<b>Gráfico 28</b> - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023) .....	46
<b>Gráfico 29</b> - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023) .....	47
<b>Gráfico 30</b> - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022) .....	48
<b>Gráfico 31</b> - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023) .....	49
<b>Gráfico 32</b> - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2025) .....	50

# INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconómicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Goianésia do Pará (PA)**.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



# ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



## Evolução da Taxa de Pobreza

A taxa de pobreza em Goianésia do Pará apresentou relativa estabilidade entre 2019 e 2021, oscilando levemente entre 30,3% e 31,9%. No entanto, em 2022 houve um aumento expressivo para 56,4%, o que indica um impacto econômico significativo, possivelmente relacionado aos efeitos acumulados da pandemia de COVID-19 e à lenta recuperação econômica. Em 2023, houve uma redução da taxa para 44,7%, mas ainda em patamar elevado em comparação aos anos iniciais da série (Gráfico 1).

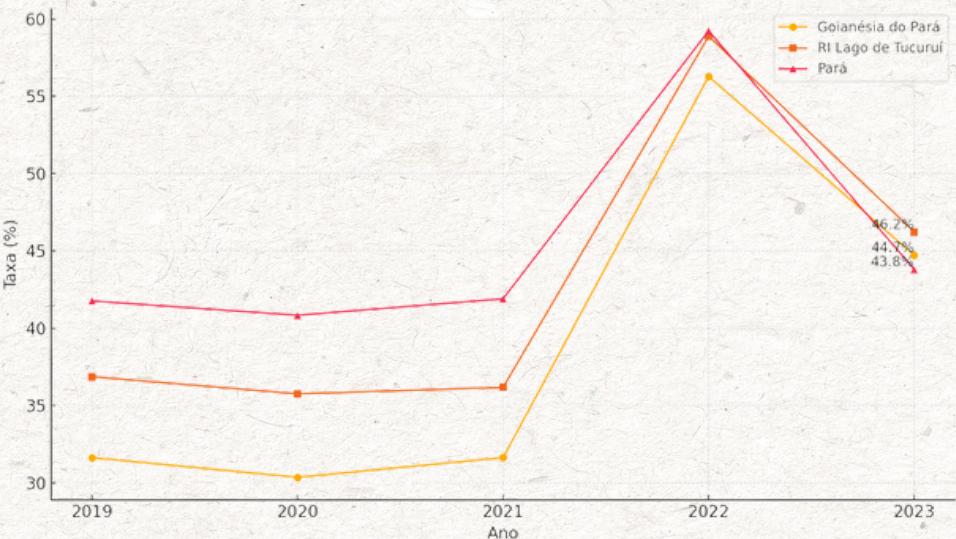
Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o comportamento foi semelhante, com estabilidade entre 36,3% e 36,6% até 2021, seguido por um aumento acentuado para 58,9% em 2022. A redução em 2023, para 46,2%, revela uma melhora, mas assim como no município, os níveis permanecem mais altos do que em 2019. Esse padrão pode indicar um impacto estrutural mais amplo na região (Gráfico 1).





**Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)**

O estado do Pará, por sua vez, manteve a taxa de pobreza em torno de 41% até 2021, subindo bruscamente para 59,2% em 2022. Em 2023, observa-se uma queda para 43,8%, o que, embora represente um alívio, ainda reflete um cenário social delicado. O comportamento semelhante entre os três níveis territoriais evidencia que os fatores macroeconômicos e sociais afetaram de forma integrada o estado e suas subdivisões (Gráfico 1).



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 44,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Despesas Públicas com Serviços essenciais

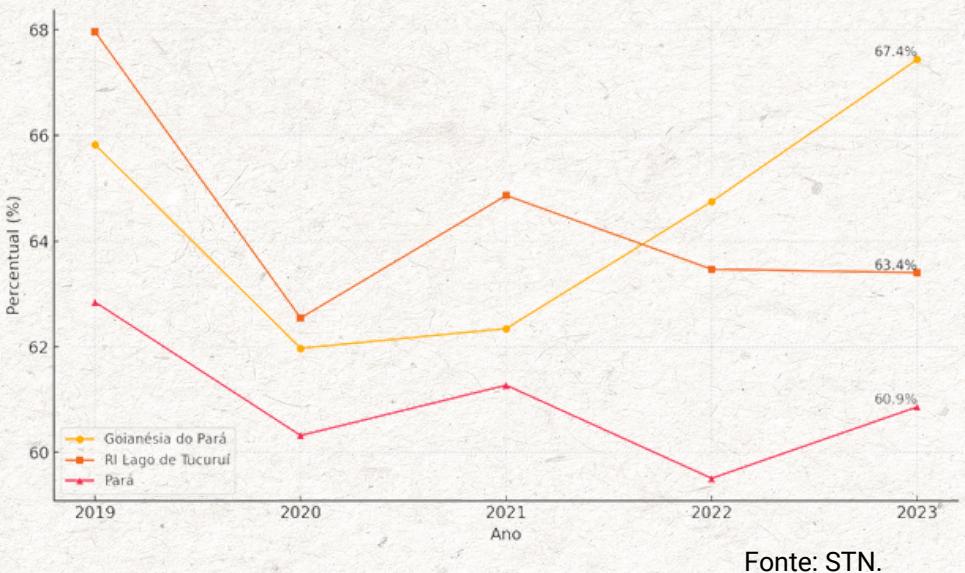
Em Goianésia do Pará, as despesas públicas com serviços essenciais oscilaram levemente entre 2019 (65,8%) e 2021 (62,4%), com queda significativa em 2020 (62%). A partir de 2022, há um crescimento consistente, alcançando 67,4% em 2023, o maior valor da série. Esse aumento pode refletir uma priorização orçamentária da gestão municipal para mitigar os efeitos da pobreza e da exclusão social após a pandemia (Gráfico 2).

Na RI Lago de Tucuruí, houve uma queda mais acentuada entre 2019 (67,9%) e 2020 (62,6%), seguida de uma recuperação até 2021 (64,7%), mas com estabilização em torno de 63,4% nos dois anos seguintes. Diferente de Goianésia, a região não apresentou um avanço contínuo até 2023, o que pode indicar limitações estruturais ou falta de coordenação entre os municípios da região em termos de políticas públicas essenciais (Gráfico 2).

O estado do Pará, por sua vez, manteve-se com níveis inferiores de alocação proporcional ao longo do período, variando de 62,7% em 2019 para 60,9% em 2023, com o menor percentual registrado em 2022 (59,2%). Essa tendência de queda revela um possível descompasso entre a crescente demanda social e os recursos efetivamente direcionados aos serviços essenciais, o que pode contribuir para a persistência da alta taxa de pobreza no estado (Gráfico 2).



**Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)**



## ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

*Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.*



## Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Em Goianésia do Pará, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer iniciou em 5,2% em 2019 e apresentou uma tendência de crescimento ao longo do período, com variações anuais. Após uma leve elevação em 2020 e 2021, atingindo 6,3%, o indicador caiu para 5,7% em 2022, mas disparou para 8% em 2023. Esse aumento expressivo nos dois últimos anos pode estar associado a fatores como insegurança alimentar materna, deficiências na atenção pré-natal e desigualdades de acesso a serviços de saúde (Gráfico 3).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, observou-se uma leve redução entre 2019

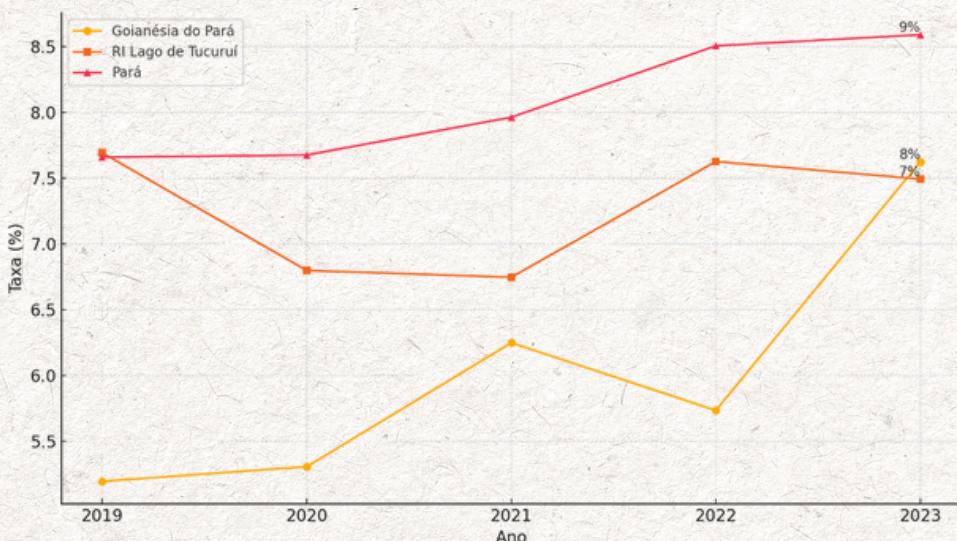
(7,7%) e 2021 (6,8%), seguida de uma retomada em 2022 para 7,6%, encerrando 2023 em 7%. Esse padrão indica certa estabilidade em relação à média estadual, mas com oscilações que sugerem vulnerabilidades localizadas e flutuações nas condições socioeconômicas das gestantes (Gráfico 3).

No estado do Pará, a taxa se manteve acima dos níveis municipais e regionais ao longo do período, com tendência clara de crescimento: de 7,7% em 2019 para 9% em 2023. Esse aumento contínuo pode indicar fragilidades estruturais nos serviços de saúde materno-infantil em todo o estado, e sugere a necessidade de re-

forço em políticas públicas voltadas à nutrição, pré-natal e acompanhamento neonatal para mitigar os riscos associados ao baixo peso ao nascer (Gráfico 3).



**Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)**



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



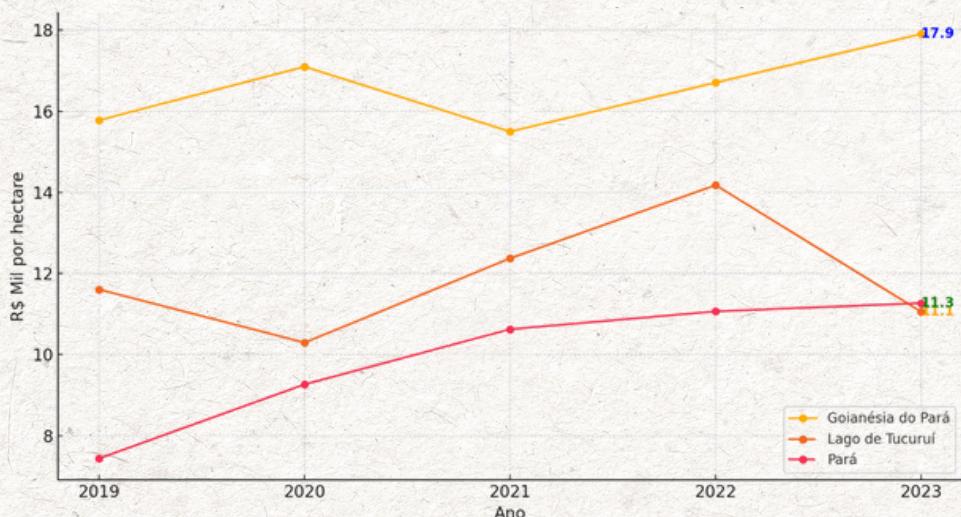
## Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Goianésia do Pará apresentou desempenho superior e crescente ao longo de todo o período, partindo de R\$ 15,8 mil/ha em 2019 para R\$ 17,9 mil/ha em 2023. Apesar de uma leve queda em 2021, a produtividade se recuperou com força nos dois anos seguintes. Isso pode refletir investimentos em tecnologia agrícola, ampliação da mecanização, diversificação de cultivos ou condições climáticas favoráveis que elevaram o retorno por hectare no município (Gráfico 4).

Na RI Lago de Tucuruí, o comportamento foi mais instável: iniciou com R\$ 11,7 mil/ha em 2019, caiu para R\$ 10,3 mil/ha em 2020, depois subiu até um pico de R\$ 14,2 mil/ha em 2022, mas voltou a cair drasticamente para R\$ 11,1 mil/ha em 2023. Essa oscilação sugere vulnerabilidade a fatores externos, como variações nos preços de mercado, problemas logísticos ou climáticos, e possível concentração de produtividade em poucos municípios da região (Gráfico 4).

O estado do Pará apresentou crescimento contínuo e mais estável no indicador, partindo de R\$ 7,4 mil/ha em 2019 para R\$ 11,3 mil/ha em 2023. Ainda que os níveis sejam inferiores aos verificados em Goianésia e na RI, o avanço gradual indica melhora geral na eficiência do uso da terra no estado. No entanto, o contraste com Goianésia evidencia disparidades internas na produtividade agrícola que podem estar associadas a desigualdades no acesso à assistência técnica, crédito rural e infraestrutura logística (Gráfico 4).

**Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)**



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 17,9 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





# ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

*Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.*

## Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

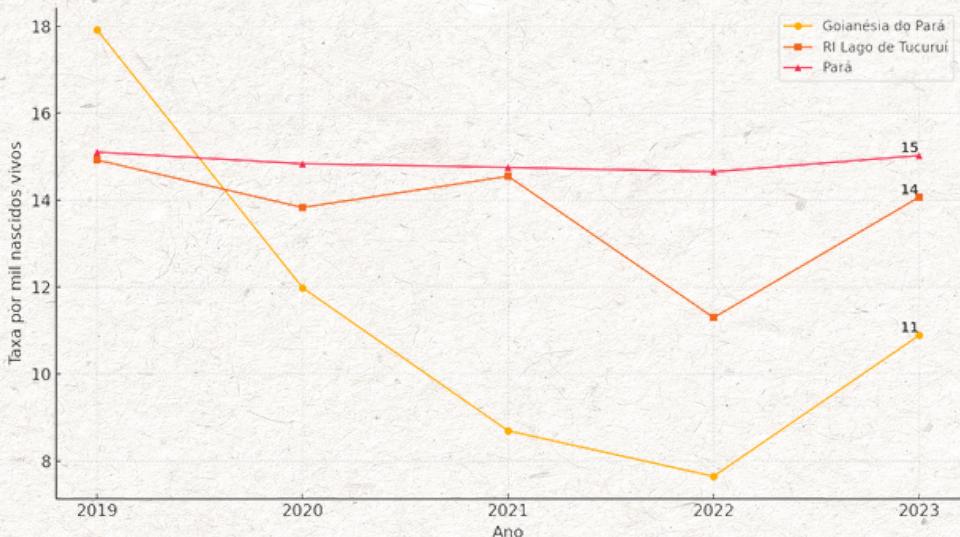
Goianésia do Pará apresentou uma significativa redução da taxa de mortalidade infantil entre 2019 (18 mortes por mil nascidos vivos) e 2022 (7,6), com destaque para a queda acentuada nos primeiros anos, o que pode indicar avanços na atenção básica à saúde, na cobertura do pré-natal e nas condições de parto. No entanto, em 2023, o índice subiu novamente para 11, o que aponta uma possível perda de qualidade ou interrupção nos serviços de saúde infantil, requerendo atenção das autoridades locais (Gráfico 5).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, a taxa iniciou em 15 em 2019, apresentou leve queda até 2020 (13,8) e oscilou nos anos seguintes. Em 2022 atingiu o valor mínimo de 11,3, mas voltou a subir para 14 em 2023. Essa oscilação sugere que, embora existam avanços pontuais na saúde materno-infantil, há instabilidade no acesso ou na qualidade dos serviços prestados, o que compromete a manutenção de bons indicadores (Gráfico 5).





**Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)**



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Número de Médicos por 10 mil habitantes

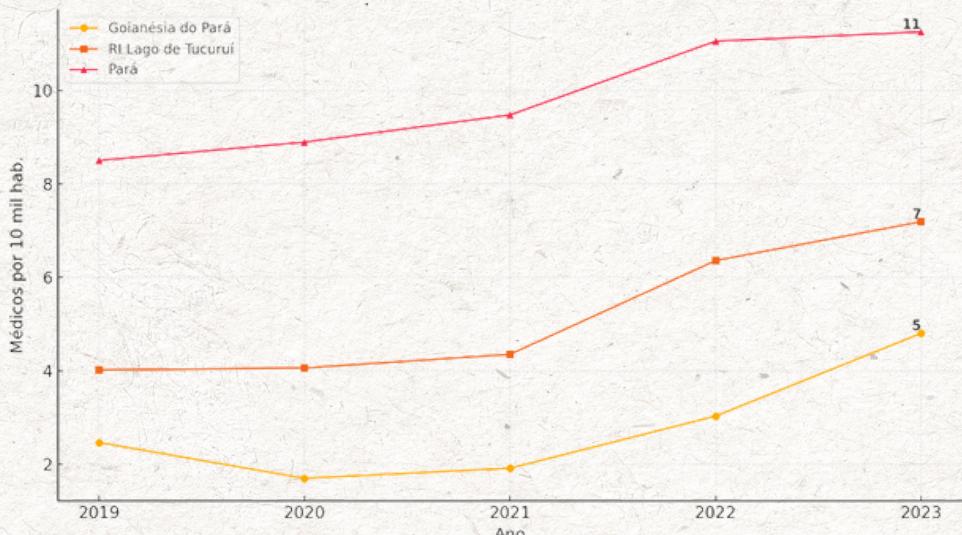
Goianésia do Pará iniciou o período com uma baixa taxa de cobertura médica (2,5 médicos por 10 mil hab. em 2019) e chegou a um ponto crítico em 2020 (1,6). A partir daí, o indicador apresentou crescimento progressivo até alcançar 5 médicos por 10 mil habitantes em 2023. Apesar da melhora, o número ainda está abaixo do recomendado pela Organização Mundial da Saúde, evidenciando um déficit estrutural de profissionais de saúde, que pode estar relacionado à dificuldade de fixação desses profissionais em municípios do interior (Gráfico 6).

Na RI Lago de Tucuruí, o número de médicos também evoluiu de forma positiva, partindo de 4 em 2019 para 7 em 2023. Esse crescimento indica um esforço regional de ampliação da cobertura médica, o que pode estar atrelado a programas de provimento como o "Mais Médicos" ou concursos regionais. A expansão mais robusta a partir de 2021 sugere uma reação aos desafios expostos pela pandemia, além de um possível fortalecimento dos sistemas regionais de saúde (Gráfico 6).



O estado do Pará apresenta os melhores índices entre os três recortes analisados, iniciando em 8,5 médicos por 10 mil habitantes em 2019 e crescendo para 11 em 2023. Esse aumento contínuo pode refletir investimentos estaduais em saúde, ampliação da rede pública e programas de interiorização da medicina. Ainda assim, os dados municipais revelam disparidades internas significativas, mostrando que o crescimento estadual não tem sido distribuído de forma homogênea (Gráfico 6).

**Gráfico 6** - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



# ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

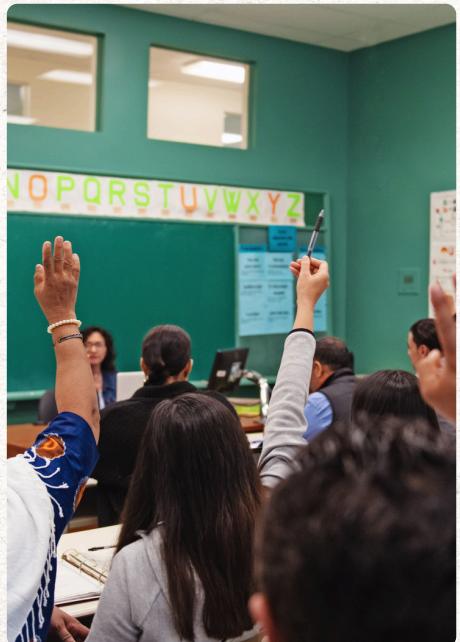
## Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Goianésia do Pará apresentou um aumento notável no número de vagas no ensino público, partindo de cerca de 187 vagas por mil habitantes em 2019 para 233 em 2023, o que representa uma melhoria significativa. Essa evolução pode ser associada ao aumento das matrículas ou à criação de novas escolas públicas para atender à demanda local, além de possíveis políticas estaduais ou municipais de ampliação do acesso à educação. (Gráfico 7).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, a tendência de crescimento foi observada, mas em um ritmo mais modesto, com a oferta aumentando de 191 vagas por mil

habitantes em 2019 para 219 em 2022, antes de cair para 198 em 2023. Essa flutuação pode estar ligada a fatores locais como a variação na população escolar e a dinâmica de financiamento dos municípios que integram a região, com possíveis falhas na coordenação entre as políticas de educação municipal e estadual (Gráfico 7).

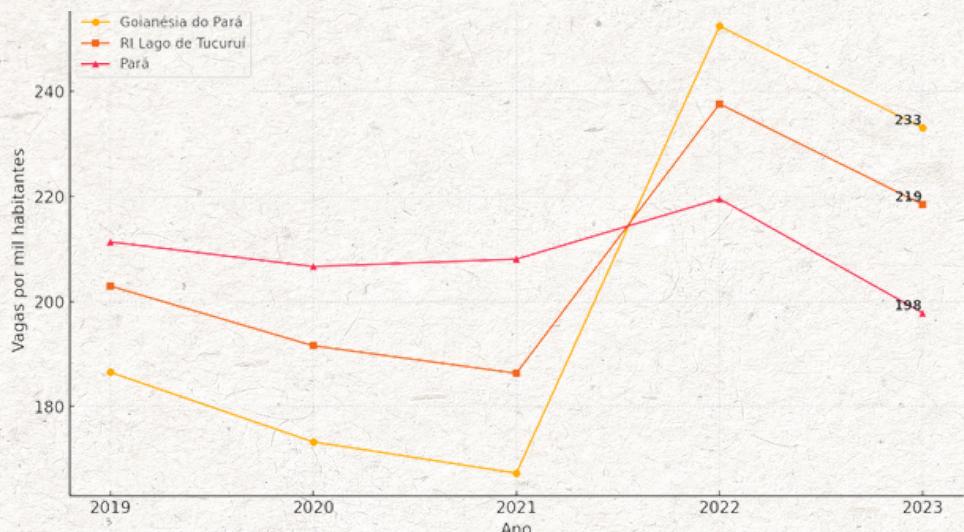
No estado do Pará, a evolução foi mais contida, com uma leve diminuição das vagas no ensino público, caindo de 215 para 198 por mil habitantes entre 2019 e 2023. Isso pode refletir dificuldades em aumentar a oferta educacional devido a limitações orçamentárias ou dificulda-



des logísticas no interior do estado. Embora a oferta tenha melhorado no passado, o comportamento recente sugere um estancamento ou até uma possível redução nas vagas devido a desafios financeiros ou a uma queda no ritmo de investimentos em educação (Gráfico 7).



**Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)**



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 233 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Goianésia do Pará apresentou uma significativa melhoria no acesso à internet nas escolas, partindo de 43,5% em 2019 para 92,9% em 2023. Esse crescimento pode ser fruto de esforços de conectividade impulsionados por programas estaduais ou federais, além da crescente demanda por recursos digitais, especialmente durante e após a pandemia de COVID-19, quando o ensino remoto se tornou mais relevante. A aceleração do acesso em 2021 e 2022 foi crucial para alcançar a meta de 92,9% em 2023, embora o número ainda indique que muitas escolas podem carecer de infraestrutura tec-

nológica (Gráfico 8).

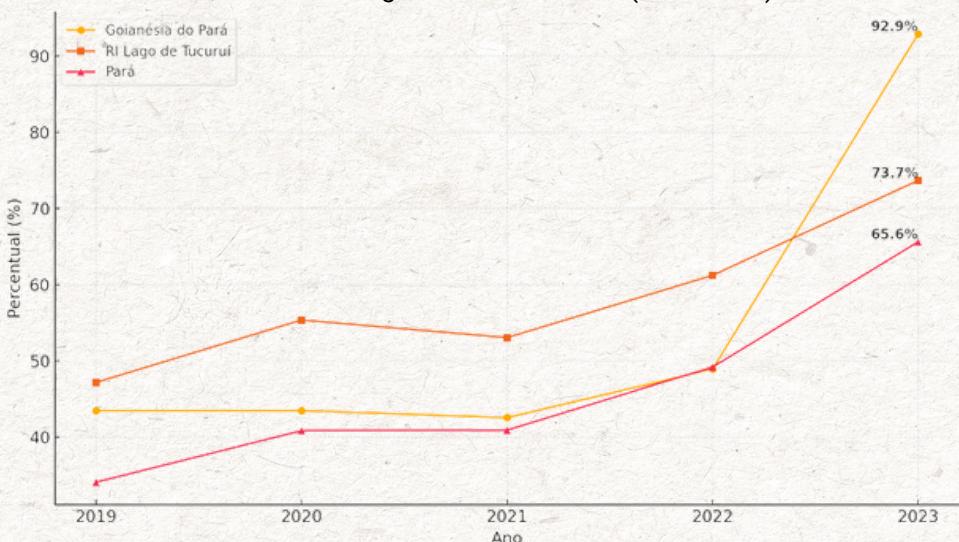
Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o avanço foi mais modesto, com o percentual de escolas com acesso à internet subindo de 47,2% em 2019 para 61,2% em 2022, mantendo-se em 73,7% em 2023. O ritmo mais lento de expansão no acesso à internet pode indicar limitações em investimentos regionais ou em políticas públicas que favoreçam a conectividade. Apesar da melhoria, o número de escolas conectadas ainda é baixo, o que implica na necessidade de mais esforços para superar as desigualdades de acesso (Gráfico 8).

O estado do Pará, como um

todo, experimentou um crescimento mais equilibrado, com o percentual de escolas com acesso à internet subindo de 34,1% em 2019 para 65,6% em 2023. A expansão foi mais gradual em comparação com Goianésia, mas a melhoria constante sugere que o estado tem priorizado a modernização das escolas públicas. No entanto, a diferença de 10% entre o estado e Goianésia reflete que há disparidades regionais significativas, com algumas áreas ainda com acesso limitado à internet, principalmente nas regiões mais afastadas e carentes (Gráfico 8).



**Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)**



Fonte: INEP.

# ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

*Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.*



## Violência Contra a Mulher por Parceiros

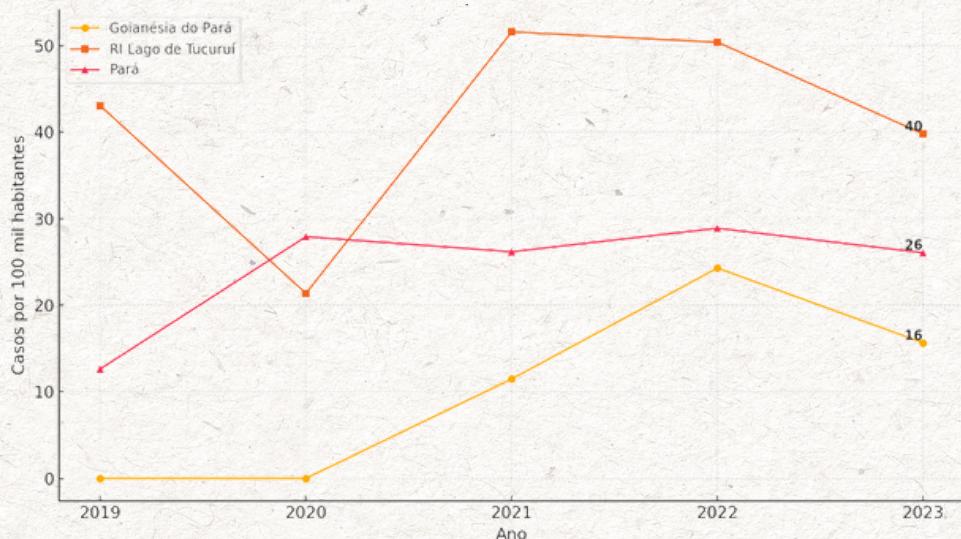
Em Goianésia do Pará, a violência contra a mulher por parceiros apresentou uma variação significativa ao longo dos anos. A taxa de casos era extremamente baixa em 2019, quase inexistente (0), mantendo-se assim em 2020. Após 2020, a taxa subiu para 16 casos em 2023, mostrando um nível significativo de violência (Gráfico 9).



Na Região de Integração Lago de Tucuruí, houve uma subida acentuada em 2021 para 52 casos e uma redução gradual até 2023, quando atingiu 40 casos. Apesar da redução após o pico de 2020, os números continuam altos, sugerindo que a violência doméstica continua a ser um problema grave na região. Esse comportamento reflete as dificuldades persistentes na prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher (Gráfico 9).

No estado do Pará, a taxa de violência aumentou em 2020, subindo de 13 para 28 casos por 100 mil habitantes, antes de cair novamente para 26 em 2023. Embora haja uma leve queda após o pico de 2020, a taxa de violência no estado ainda permanece em níveis elevados, o que demonstra a necessidade de políticas públicas mais eficazes para combater a violência doméstica e promover a proteção das mulheres em todas as regiões (Gráfico 9).

**Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)**



Fonte: DATA SUS e IBGE.

#### Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

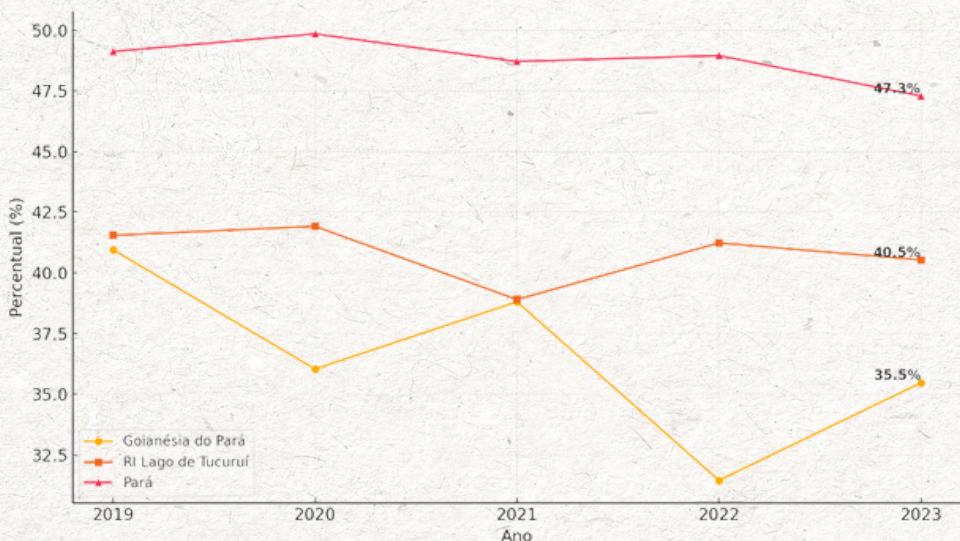
Em Goianésia do Pará, o percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres manteve-se estável nos primeiros anos, atingindo 41% em 2019. No entanto, observou-se uma queda acentuada em 2020 para 38%, antes de subir novamente para 35,5% em 2023. A recuperação significativa no último ano pode refletir iniciativas voltadas à inclusão e equidade de gênero nos espaços de decisão, indicando um esforço local para promover a participação feminina em cargos de liderança e gestão (Gráfico 10).



Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o percentual de mulheres em cargos gerenciais teve uma variação mais moderada. Começou em 42,0% em 2019, diminuiu para 39% em 2021 e teve uma leve recuperação para 40,5% em 2023. Esse comportamento sugere que, embora tenha havido um pequeno avanço, a presença feminina em cargos gerenciais ainda é limitada, apontando para a persistência de barreiras culturais ou institucionais que dificultam a ascensão de mulheres a posições de liderança (Gráfico 10).

No estado do Pará, o percentual de mulheres em cargos gerenciais se manteve de 49,0% em 2019 para 47,3% em 2023, com uma leve queda ao longo dos anos. Esse comportamento, embora positivo em termos de representação feminina, ainda revela um espaço considerável para a melhoria da equidade de gênero nos ambientes de trabalho e gestão, refletindo as dificuldades em alcançar uma verdadeira paridade entre os sexos nesses cargos de liderança (Gráfico 10).

**Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)**



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 35,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



# ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

*Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.*

## Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Goianésia do Pará, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto apresentou um comportamento estagnado entre 2019 e 2022, mantendo-se próximo de 0,5%, e teve uma leve queda para 0,4% em 2023. Esses números revelam um cenário crítico de exclusão no acesso a serviços básicos de saneamento para a população mais vulnerável no município, com praticamente nenhuma evolução ao longo dos cinco anos analisados (Gráfico 11).



Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o indicador manteve-se relativamente estável entre 2019 e 2021, em torno de 3,7% a 4,0%, com um leve crescimento em 2022, atingindo 4,5%, e uma pequena redução em 2023 para 4,4%. Apesar do crescimento moderado, a cobertura ainda permanece muito baixa, evidenciando que a maior parte da população de baixa renda da

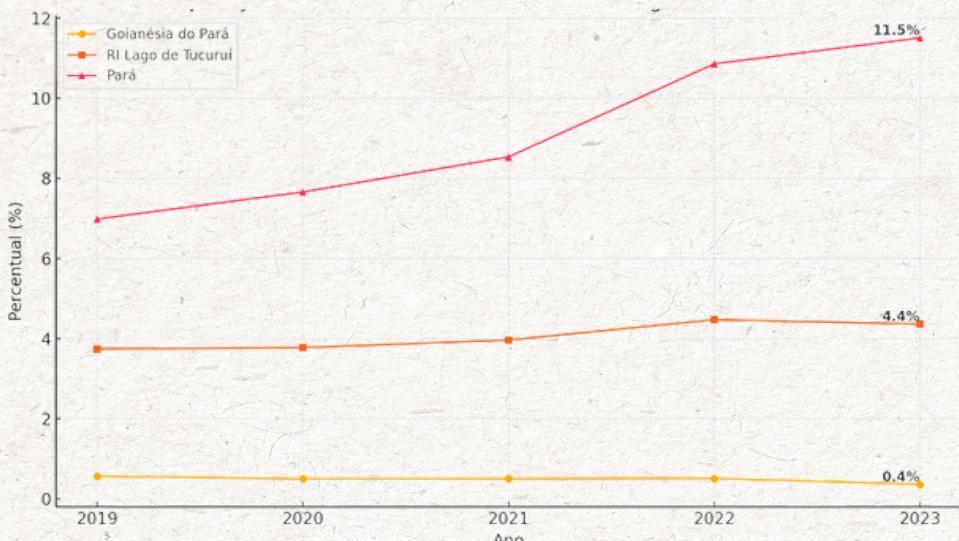
região ainda está desassistida em relação à coleta de esgoto (Gráfico 11).

No estado do Pará, observa-se uma tendência positiva contínua. O percentual cresceu de 7,0% em 2019 para 11,5% em 2023, com destaque para o salto entre 2021 e 2022, quando o índice subiu de 8,5% para 10,9%. Apesar de ainda estar aquém do ideal, esse crescimento sugere avanços em

políticas públicas e investimentos voltados ao atendimento da população de baixa renda em nível estadual, em contraste com a estagnação no município de Goianésia (Gráfico 11).



**Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)**



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Gasto Municipal com Saneamento per capita

Goianésia do Pará apresentou uma situação de extrema limitação nos investimentos per capita em saneamento básico até 2021, com valores praticamente nulos (R\$ 0 ou R\$ 1 por habitante). Somente a partir de 2022 houve uma pequena elevação, chegando a R\$ 8 por habitante em 2023. Apesar desse aumento recente, o montante permanece muito inferior ao necessário para promover melhorias significativas no acesso aos serviços de saneamento (Gráfico 12).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o comportamento do gasto foi mais dinâmico. De R\$ 41 em 2019, os valores cresceram para R\$ 63 em 2021, mas apresentaram forte retração em 2022 (R\$ 32), recuperando-se parci-

almente em 2023 (R\$ 44). Essa oscilação pode refletir variações orçamentárias, mudanças na prioridade de políticas públicas ou atrasos em projetos regionais, com impacto direto na regularidade dos serviços oferecidos à população (Gráfico 12).

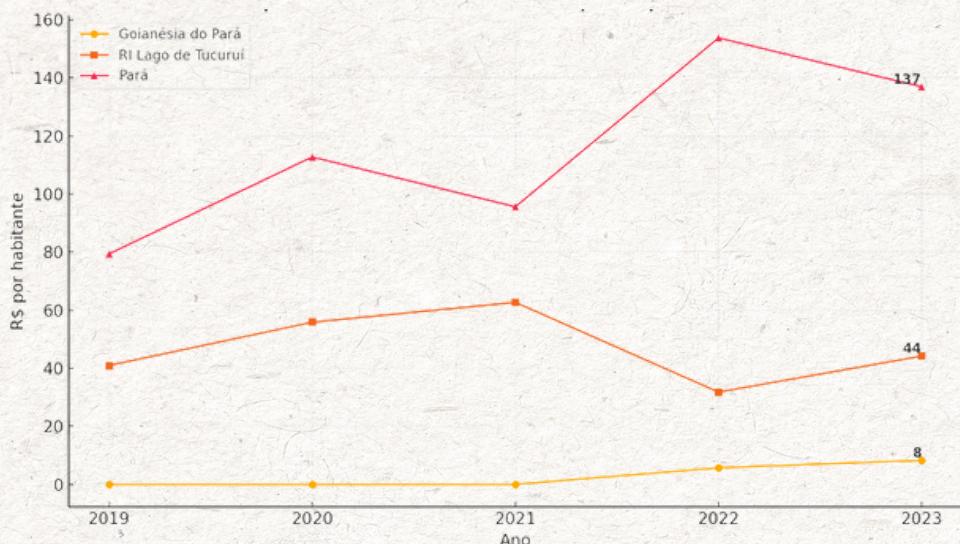
O estado do Pará, por sua vez, apresentou o maior volume de investimentos per capita em saneamento ao longo do período. Os valores subiram de R\$ 79 em 2019 para um pico de R\$ 153 em 2022, seguido de leve retração para R\$ 137 em 2023. Essa trajetória demonstra uma priorização crescente da temática no nível estadual, com um esforço visível de ampliação da infraestrutura de saneamento, mesmo diante de oscilações

econômicas e fiscais. Essa tendência estadual, no entanto, não se refletiu de forma significativa nos níveis municipal e regional (Gráfico 12).





**Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)**



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 8/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

## ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

### Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)



Em Goianésia do Pará, o consumo per capita de energia elétrica apresentou crescimento expressivo no período analisado. Partindo de 438 kWh/hab. em 2019 e após uma leve queda em 2020 (381 kWh/hab.), houve uma recuperação gradual até 2021 (468 kWh/hab.), seguida de um salto significativo para 854 kWh/hab. em 2022 e estabilização em 872 kWh/hab. em 2023. Esse avanço, especialmente a partir de 2021, indica provável expansão do acesso à energia elétrica, aumento da demanda residen-



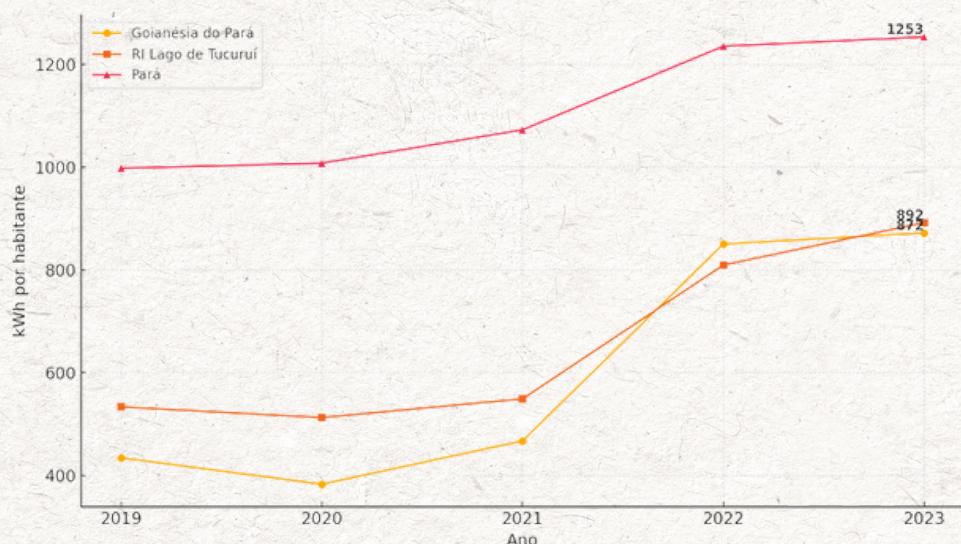
cial ou avanços em infraestrutura energética no município (Gráfico 13).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o consumo também registrou crescimento, porém de forma mais moderada e constante. O indicador variou de 538 kWh/hab. em 2019 para 892 kWh/hab. em 2023. Os maiores incrementos ocorreram entre 2021 e 2022, e entre 2022 e 2023, sinalizando possível reflexo de políticas regionais de eletrificação, aumento populacional em áreas conectadas ou maior utilização de equipamentos elétricos no período pós-pande-

mia (Gráfico 13).

No estado do Pará, o crescimento do consumo foi mais robusto e linear, partindo de 996 kWh/hab. em 2019 até alcançar 1.253 kWh/hab. em 2023. O aumento constante demonstra uma tendência estadual de ampliação do acesso e uso de energia elétrica, possivelmente impulsionada por investimentos em geração, transmissão e distribuição de energia, além de aumento no consumo doméstico e comercial em áreas urbanizadas (Gráfico 13).

**Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)**



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 872 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

#### Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Goianésia do Pará, o percentual de domicílios de baixa renda utilizando iluminação fóssil apresentou uma redução discreta ao longo do período, oscilando de 5,8% em 2019 para 4,5% em 2023. Houve uma queda até 2021, atingindo 4,9%, seguida de um pequeno aumento em 2022 (5,2%), antes de recuar novamente no último ano. Esse comportamento irregular sugere dificuldades em manter políticas de universalização do acesso à energia elétrica, com variações possivelmente relacionadas a cortes orçamentários ou falhas de cobertura em áreas rurais (Gráfico 14).

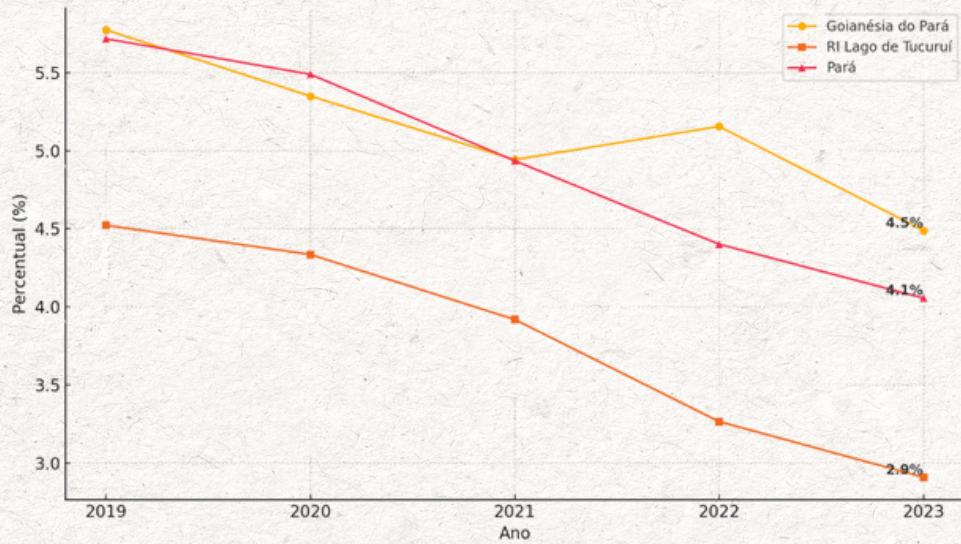


Na Região de Integração Lago de Tucuruí, a trajetória foi de queda contínua e mais acentuada: de 4,5% em 2019 para 2,9% em 2023. Esse desempenho positivo indica avanços concretos na substituição de fontes fósseis por eletricidade, refletindo maior capilaridade das redes elétricas ou ações de regularização e inclusão energética em áreas periféricas da região (Gráfico 14).

No estado do Pará, o indicador também caiu de maneira constante, saindo de 5,7% em

2019 para 4,1% em 2023. Essa tendência acompanha os esforços estaduais para ampliar o acesso à energia elétrica em áreas de maior vulnerabilidade, principalmente no interior. A redução consistente sinaliza avanços estruturais, embora a persistência de mais de 4% dos domicílios de baixa renda ainda utilizando iluminação fóssil em 2023 demonstre que há desafios a serem enfrentados para alcançar a universalização do serviço (Gráfico 14).

**Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)**



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



# ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

*Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



Entre 2019 e 2021, o município de Goianésia do Pará apresentou um crescimento moderado no número de empregos formais por mil habitantes, saindo de 67 para 78 vínculos formais. Esse crescimento, embora gradual, contrasta com o comportamento da Região de Integração Lago de Tucuruí, que registrou queda no mesmo período, passando de 73 para 64 empregos formais por mil habitantes. A resiliência de Goianésia pode estar ligada à manutenção de atividades produtivas locais ou à menor dependência de setores fortemente impactados por crises externas, como a pandemia de COVID-19 (Gráfico 15).

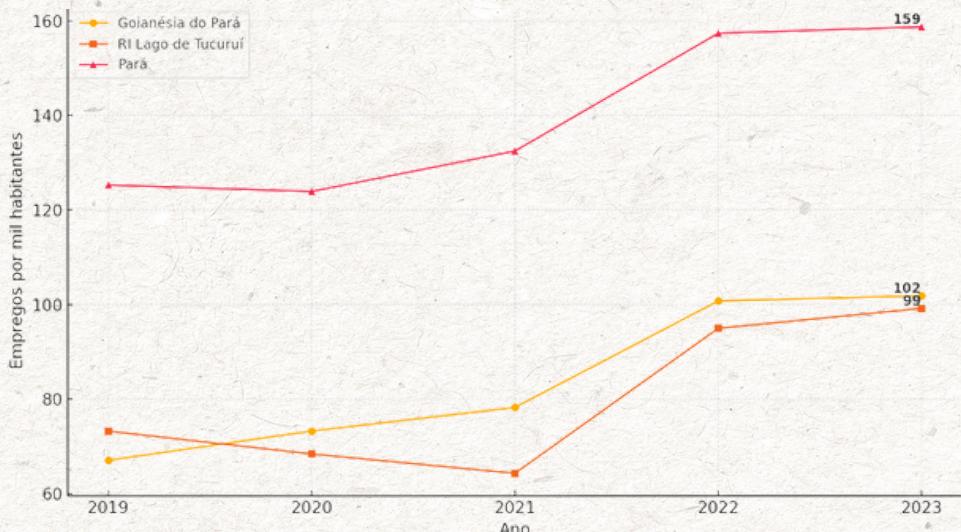
A partir de 2022, Goianésia do Pará experimentou uma aceleração significativa na formalização do emprego, atingindo 101 vínculos por mil habitantes em 2022. A partir de 2022, Goianésia do Pará experimentou uma aceleração significativa na formalização do emprego, atingindo 101 vínculos por mil habitantes em 2022 e chegando a 102 em 2023. Esse salto representa um avanço expressivo na inclusão laboral formal da população, sugerindo melhoria no ambiente econômico local, possível atração de investimentos ou políticas públicas eficazes de incentivo à formalização. Já a RI Lago de Tucuruí, após três anos de retração, também apresentou recuperação importante, passando de 64 para 99 empregos formais por mil habitantes entre 2021 e 2023 (Gráfico 15).

## Empregos Formais por Mil Habitantes

gindo 101 vínculos por mil habitantes em 2022. A partir de 2022, Goianésia do Pará experimentou uma aceleração significativa na formalização do emprego, atingindo 101 vínculos por mil habitantes em 2022 e chegando a 102 em 2023. Esse salto representa um avanço expressivo na inclusão laboral formal da população, sugerindo melhoria no ambiente econômico local, possível atração de investimentos ou políticas públicas eficazes de incentivo à formalização. Já a RI Lago de Tucuruí, após três anos de retração, também apresentou recuperação importante, passando de 64 para 99 empregos formais por mil habitantes entre 2021 e 2023 (Gráfico 15).



**Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)**



Fonte: RAIS e IBGE.

No contexto estadual, o Pará apresentou uma trajetória de crescimento contínuo e mais robusto ao longo do período, partindo de 126 empregos formais por mil habitantes em 2019 para 159 em 2023. O destaque foi a forte elevação entre 2021 e 2022, indicando uma retomada econômica acelerada no pós-pandemia. Apesar de Goianésia ainda se posicionar abaixo da média estadual, a tendência de crescimento recente no município é positiva e sinaliza potencial de convergência futura, sobretudo se mantidos os estímulos à formalização do trabalho e à diversificação da economia local (Gráfico 15).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 102 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada

### PIB per capita



Em Goianésia do Pará, o PIB per capita apresentou crescimento significativo entre 2020 e 2022, passando de R\$ 9 mil para R\$ 18.107, praticamente dobrando no período. Nos anos anteriores, a variação havia sido modesta, com estabilidade entre 2018 e 2019 (cerca de R\$ 8.500) e leve aumento em 2020. Esse salto recente pode indicar expansão da atividade econômica local, aumento de produtividade ou valorização de setores especí-

ficos, como a mineração ou a agropecuária, muito comuns na região (Gráfico 16).

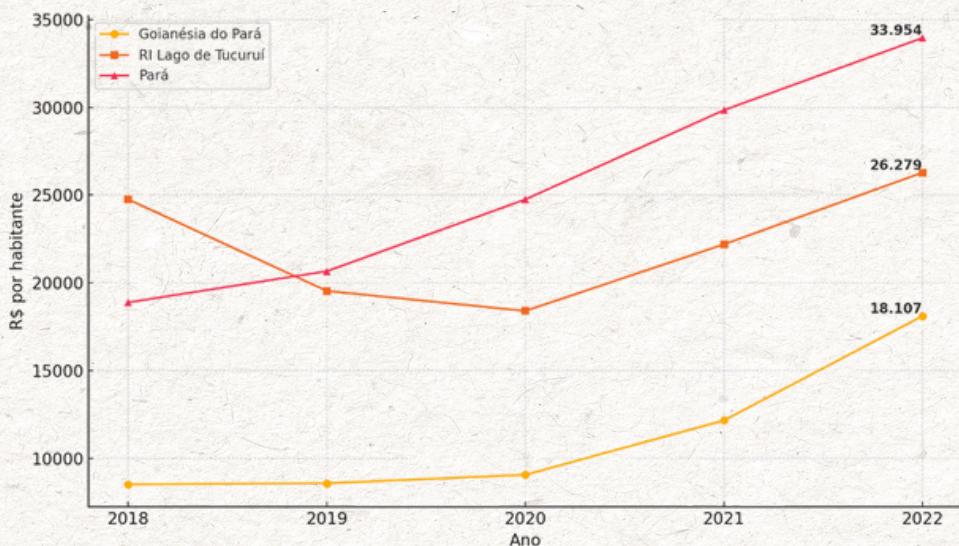
Na Região de Integração Lago de Tucuruí, observa-se um comportamento inicialmente

decrescente entre 2018 e 2020 – com o PIB per capita caindo de R\$ 25 mil para R\$ 18.500 – seguido de recuperação nos dois anos seguintes, alcançando R\$ 26.279 em 2022. Essa trajetória sugere que a região enfrentou retrações econômicas nos primeiros anos (possivelmente relacionadas a crises setoriais ou à pandemia), mas conseguiu retomar o crescimento com força, voltando ao patamar de 2018 (Gráfico 16).



O estado do Pará teve uma trajetória de crescimento contínuo e acentuado no período analisado, saindo de R\$ 18.900 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022. Essa elevação reflete o bom desempenho da economia estadual, impulsionado por setores estratégicos como mineração, energia e exportações de commodities. Comparativamente, Goianésia reduziu a distância em relação à média estadual, mas ainda permanece bem abaixo da média do Pará, evidenciando desigualdades territoriais no desenvolvimento econômico (Gráfico 16).

**Gráfico 16 - PIB per capita, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022)**



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 18.107/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

## ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

*Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



## Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



Em Goianésia do Pará, a participação da indústria no PIB municipal é extremamente reduzida e vem declinando ao longo dos anos. O valor caiu de 5,6% em 2018 para apenas 2,9% em 2022, o que indica um perfil econômico fortemente dependente de outros setores, como serviços ou agropecuária. Essa tendência de retração industrial pode estar ligada à ausência de investimentos no setor secundário, falta de infraestrutura ou desindustrialização local (Gráfico 17).

A Região de Integração Lago

de Tucuruí, apesar de apresentar uma indústria mais relevante em termos proporcionais, também teve queda no período analisado. O valor adicionado da indústria recuou de 62% em 2018 para 35,5% em 2022. Embora ainda represente uma parcela expressiva da economia regional, a perda de participação sinaliza reestruturações setoriais, como a desativação de plantas industriais ou mudança no peso relativo de outras atividades econômicas (Gráfico 17).

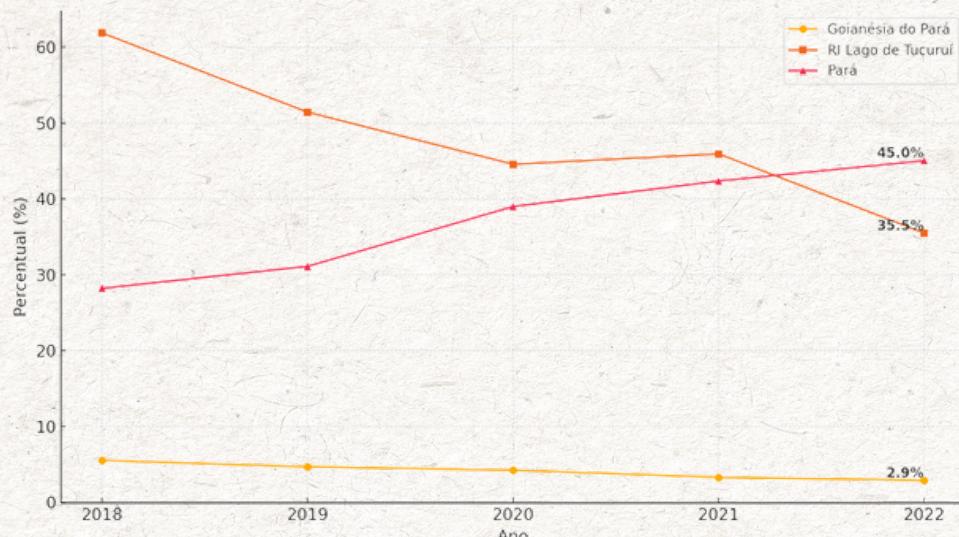
Já no estado do Pará, a parti-

cipação da indústria no PIB cresceu de forma contínua, saindo de 28% em 2018 para 45% em 2022. Esse avanço evidencia o fortalecimento do setor industrial em nível estadual, com destaque para atividades como extração mineral, metalurgia e energia. O contraste entre a tendência estadual e a retração nos níveis municipal e regional reforça a necessidade de políticas públicas mais descentralizadas de desenvolvimento industrial, especialmente para municípios como Goianésia, que permanecem marginalizados da dinâmica produtiva mais complexa (Gráfico 17).





**Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022)**



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2021, Goianésia do Pará apresentou um crescimento lento, porém contínuo, no número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes, passando de 13,6 para 14,1 nesse período. Esse avanço inicial foi modesto, indicando certa estabilidade no quadro técnico-científico local, possivelmente com pouca entrada de novos profissionais ou limitações estruturais na atração e



retenção de talentos da área científica (Gráfico 18).

Em 2022, o município registrou um salto expressivo, alcançando 18 profissionais por 100 mil habitantes, o que pode estar relacionado à ampliação de políticas de incentivo à ciência, instalação de novos

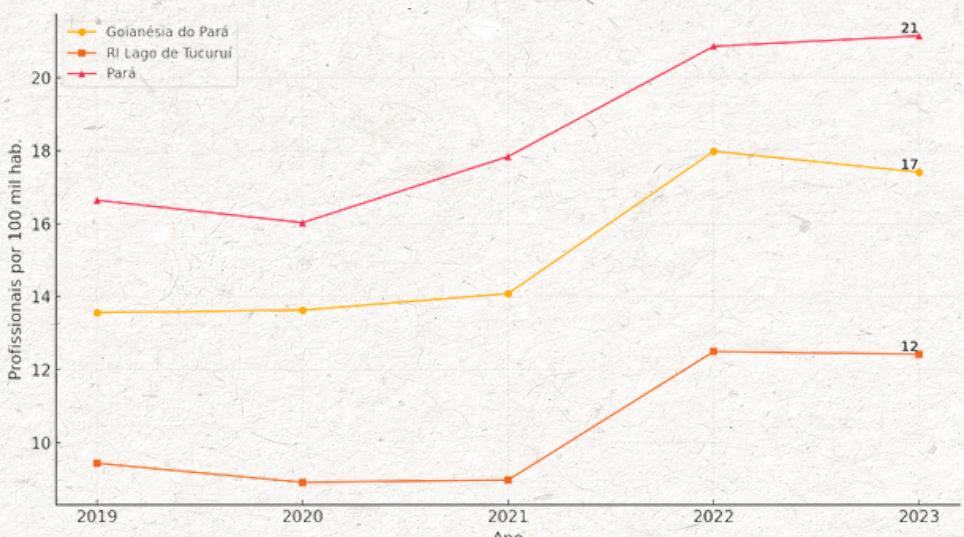
projetos de pesquisa, aumento na formação acadêmica ou à entrada de profissionais ligados à educação técnica e superior. Contudo, em 2023 observa-se leve queda para 17, o que pode indicar uma estabilização após o pico anterior ou variações naturais na base populacional e no mercado de trabalho especializado (Gráfico 18).

No contexto da Região de Integração Lago de Tucuruí, a evolução foi mais tímida, saindo de 9,4 em 2019 para 12 em 2023, com variação mais acentuada somente entre 2021 e 2022. Já o estado do Pará manteve uma trajetória





**Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 17 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

## ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10:** Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

*Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles*





## Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

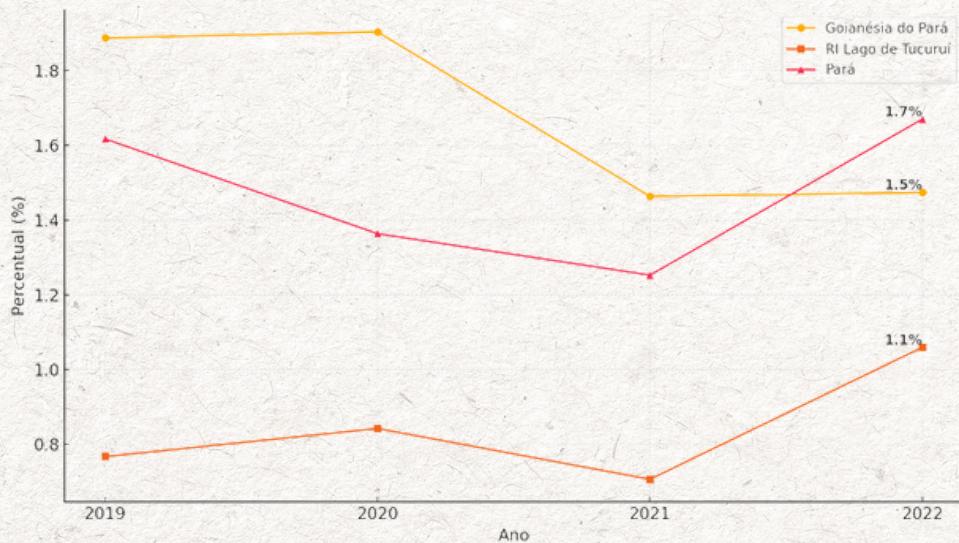
Entre 2019 e 2020, Goianésia do Pará manteve a massa salarial dos vínculos formais estável em torno de 1,9% do PIB municipal, o que indica uma boa proporção de remuneração do trabalho formal em relação à economia local. No entanto, a partir de 2021 houve uma queda acentuada, chegando a 1,5%, e mantendo-se nesse patamar em 2022. Essa redução pode estar associada ao crescimento do PIB puxado por setores de baixa empregabilidade ou informalidade, ou ainda à estagnação dos salários frente à expansão econômica (Gráfico 19).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, a massa salarial apresentou crescimento moderado entre 2019 e 2020 (de 0,77% para 0,84%), mas sofreu recuo em 2021, atingindo apenas 0,70% do PIB regional. Em 2022, houve uma retomada, elevando-se para 1,1%. Apesar de manter valores inferiores aos de Goianésia e do estado, a recuperação indica uma possível expansão dos vínculos formais ou valorização dos salários na região, ainda que de forma menos expressiva (Gráfico 19).

No estado do Pará, a participação da massa salarial for-

mal no PIB caiu entre 2019 e 2021 (de 1,62% para 1,26%), o que pode refletir os impactos da pandemia e a concentração de crescimento em setores menos intensivos em mão de obra formal. No entanto, em 2022, o indicador se recuperou significativamente, alcançando 1,7%, ultrapassando os níveis municipais e regionais. Esse movimento aponta para uma revalorização do emprego formal no estado como um todo, possivelmente alavancado por políticas públicas de estímulo ao trabalho formal e recuperação econômica pós-pandemia (Gráfico 19).

**Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2022)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



# ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

*Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

## Acesso à Telefonia Móvel

Em Goianésia do Pará, o indicador de acesso à telefonia móvel apresentou evolução expressiva ao longo do período analisado. Partindo de 34 linhas por 100 habitantes em 2019 e mantendo-se estável em 2020, o município registrou crescimento significativo a partir de 2021, com 49 linhas, até atingir um pico de 78 em 2022. Em 2023, houve uma leve retração para 76, mas o salto em relação ao início da série histórica demonstra uma forte expansão da conectividade, possivelmente associada à ampliação da cobertura de sinal e maior demanda por comunicação digital (Gráfico 20).

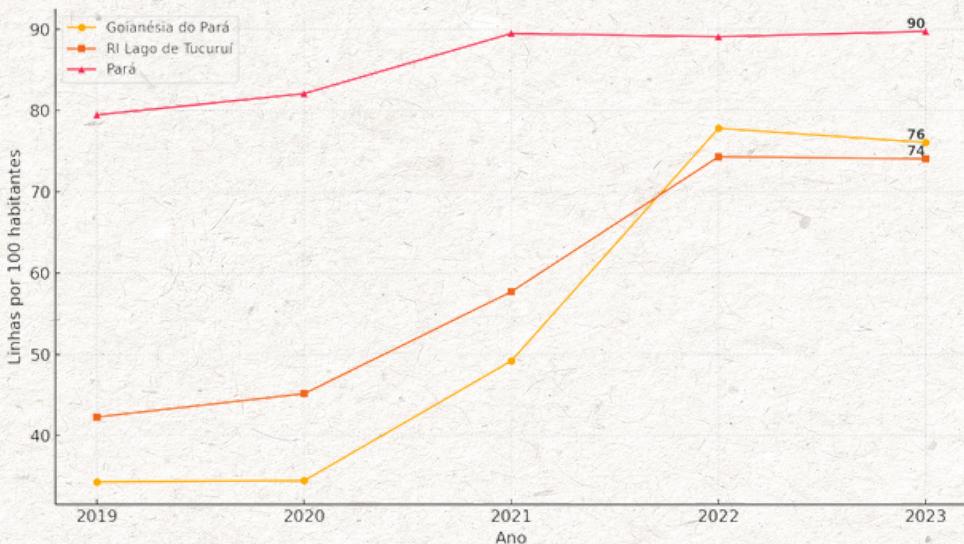
A Região de Integração Lago de Tucuruí acompanhou essa tendência de crescimento, embora com números mais elevados desde o início da série. O indicador subiu de 42 em 2019 para 74 linhas por 100 habitantes em 2023, com evolução relativamente estável nos dois últimos anos. Isso mostra uma expansão regional consistente, embora em ritmo um pouco mais contido do que o observado no município, refletindo certa homogeneidade no avanço da infraestrutura de telecomunicações (Gráfico 20).





O estado do Pará, por sua vez, manteve-se em patamar superior durante todo o período, partindo de 80 linhas por 100 habitantes em 2019 e chegando a 90 em 2023. A evolução foi mais estável e linear, indicando uma consolidação já madura da telefonia móvel nos principais centros urbanos. Embora Goianésia ainda esteja abaixo da média estadual, sua aproximação do índice paraense demonstra avanços importantes na redução das desigualdades digitais entre centro e periferia (Gráfico 20).

**Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)**



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 76 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental

Goianésia do Pará apresentou um comportamento de forte oscilação nos gastos públicos per capita com cultura e gestão ambiental. Após registrar valores em queda entre 2019 (R\$ 89) e 2020 (R\$ 76), o município manteve-se praticamente estável em 2021. No entanto, a partir de 2022 houve um salto expressivo, atingindo R\$ 200 por habitante, com leve acréscimo para R\$ 202 em 2023. Esse aumento pode indicar a implementação de políticas ou projetos pontuais robustos nessas áreas, refletindo uma inflexão na priorização orçamentária local (Gráfico 21).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, os valores eram bastante reduzidos até 2021, com ligeira queda de R\$ 21 para R\$ 17 entre 2019 e 2021. Contudo, a partir de 2022 houve elevação acentuada, alcançando R\$ 82 em 2023. Esse crescimento recente demonstra uma ampliação dos investimentos regionais, o que pode estar relacionado a iniciativas integradas de fortalecimento da cultura e da proteção ambiental, talvez em resposta a pressões sociais ou ambientais (Gráfico 21).

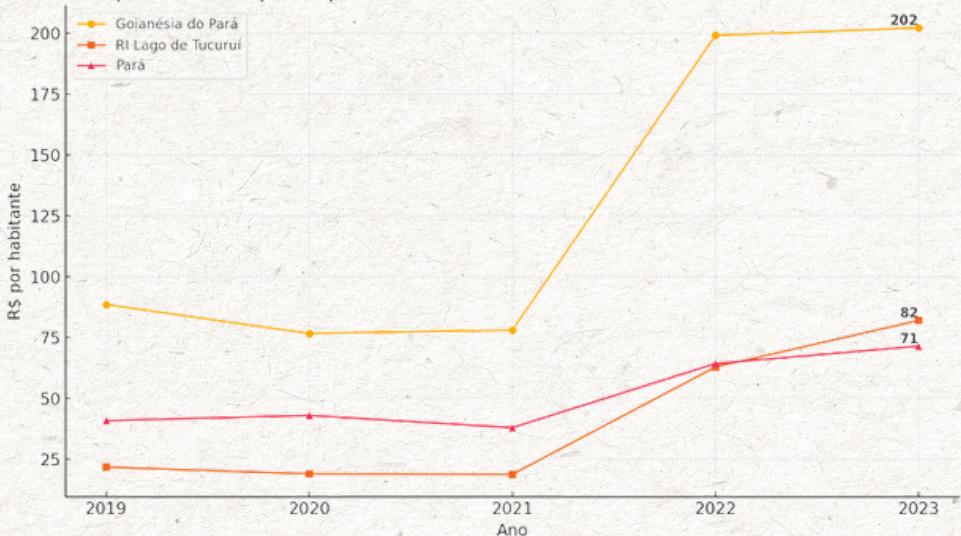
O estado do Pará apresentou uma trajetória mais estável,

com leve crescimento entre 2019 e 2020, queda em 2021 e retomada em 2022 e 2023, chegando a R\$ 71 por habitante. A oscilação pode refletir ajustes no orçamento estadual, mas a tendência de crescimento recente aponta para uma revalorização das áreas analisadas. Embora Goianésia tenha superado amplamente os demais níveis territoriais nos últimos dois anos, é necessário acompanhar a sustentabilidade desse padrão para que não reflita apenas gastos esporádicos (Gráfico 21).



**Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)**

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 202/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta foi alcançada.



Fonte: STN e IBGE.

## ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 12: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





## Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

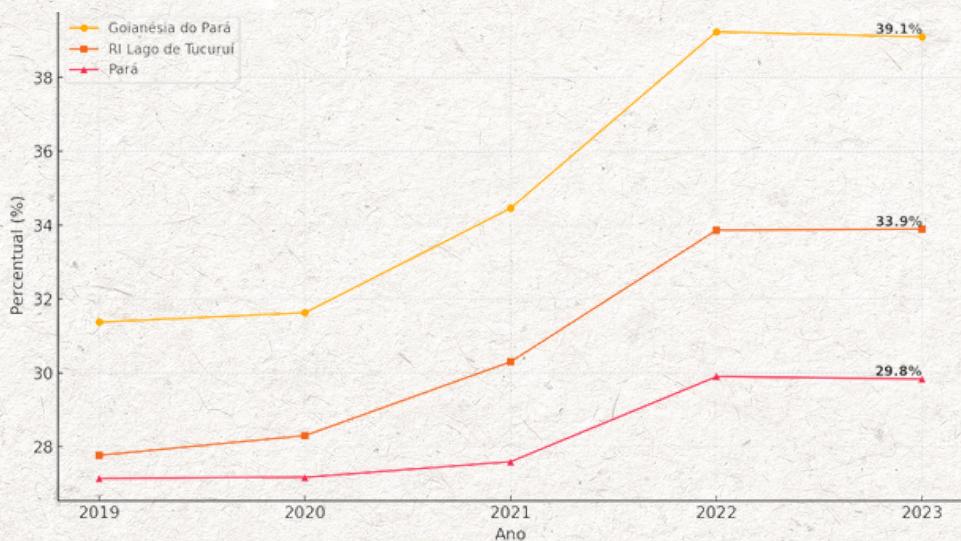
Em Goianésia do Pará, houve um crescimento acentuado na proporção de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo, passando de 31,5% em 2019 para 39,1% em 2023. Esse aumento foi particularmente expressivo entre 2021 e 2022, o que sugere uma piora no acesso aos serviços regulares de coleta de resíduos sólidos ou falhas estruturais persistentes nesse serviço para as populações mais vulneráveis. Apesar da leve redução de 0,1 ponto percentual entre 2022 e 2023, o patamar atual ainda é o mais alto da série histórica (Gráfico 22).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o indicador também cresceu de forma contínua, indo de 27,8% em 2019 para 33,9% em 2023. A tendência regional acompanha o movimento observado no município, embora em intensidade um pouco menor. Isso revela um problema mais amplo de cobertura e eficácia dos sistemas de gestão de resíduos, afetando amplamente a população de baixa renda da região, que recorre a práticas ambientalmente inadequadas por falta de alternativas viáveis (Gráfico 22).

No estado do Pará, o percen-

tual da população de baixa renda que adota essas práticas aumentou de 27,0% para 29,8% entre 2019 e 2023. Ainda que a elevação seja menor do que a verificada nos níveis municipal e regional, ela aponta para uma dificuldade generalizada em expandir os serviços de coleta domiciliar para áreas menos favorecidas. A persistência desse problema em escala estadual reflete a urgência de políticas públicas voltadas à inclusão socioambiental e à sustentabilidade dos sistemas de manejo de resíduos sólidos (Gráfico 22).

**Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)**



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 39,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



## População de Baixa Renda com fossa rudimentar

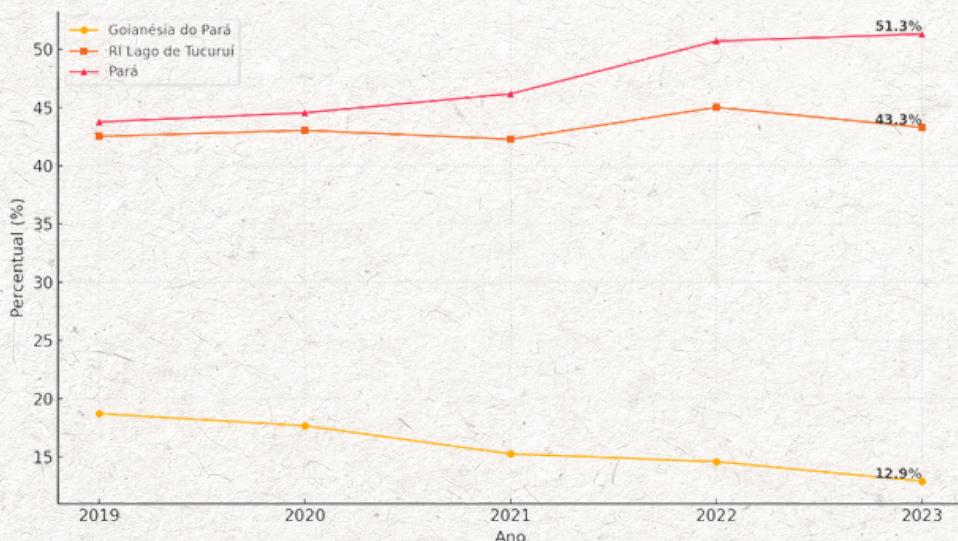
Em contraste com o primeiro indicador, Goianésia do Pará apresentou melhora progressiva na proporção da população de baixa renda que utiliza fossa rudimentar como solução de esgotamento sanitário. O percentual caiu de 18,9% em 2019 para 12,9% em 2023, com redução contínua ano após ano. Essa trajetória positiva sinaliza avanços em políticas de saneamento básico no município, com possível substituição de soluções precárias por sistemas mais adequados, como fossas sépticas ou ligações à rede pública (Gráfico 23).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o comportamento foi distinto. O percentual oscilou entre 42,5% e 45%, mantendo-se elevado ao longo do período e encerrando 2023 em 43,3%, praticamente o mesmo valor de 2019. A estabilidade em patamares elevados revela uma estagnação na melhoria do saneamento básico entre a população de baixa renda, o que pode estar associado à ausência de investimentos regionais significativos ou à complexidade geográfica e institucional da RI (Gráfico 23).

No estado do Pará, o cenário

é ainda mais preocupante. A proporção de pessoas de baixa renda com fossa rudimentar aumentou de 43,7% em 2019 para 51,3% em 2023. Esse crescimento revela um agravamento nas condições sanitárias para a população mais vulnerável, contrariando as metas de universalização do saneamento previstas em políticas públicas nacionais. O contraste com os avanços registrados em Goianésia reforça a necessidade de ações descentralizadas e adaptadas às realidades locais, com foco especial nas regiões e municípios com maiores déficits estruturais (Gráfico 23).

**Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)**



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



# ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

*Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).*

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



## Gastos per capita com prevenção de desastres

Goiânia do Pará apresentou um crescimento acentuado nos gastos per capita com prevenção de desastres ao longo do período, partindo de R\$ 353 por habitante em 2019 para um pico de R\$ 967 em 2022, e ligeira redução para R\$ 887 em 2023. Essa elevação expressiva a partir de 2021 pode indicar maior sensibilidade do poder público local a riscos ambientais e climáticos, possivelmente motivada por ocorrências recentes ou políticas preventivas mais robustas. Ainda assim, os valores se mantêm bem acima da média estadual

e regional, evidenciando priorização orçamentária local significativa (Gráfico 24).

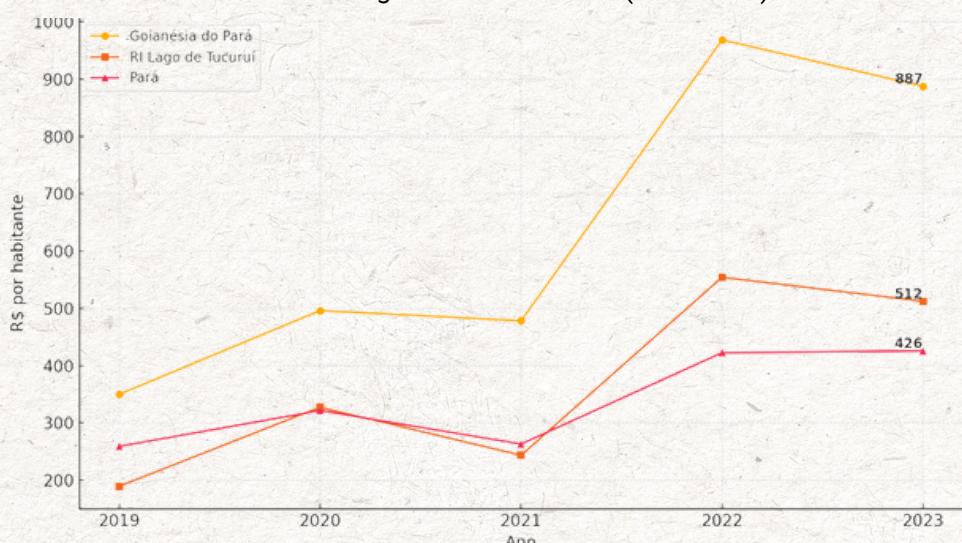
Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o indicador também cresceu, com maior variação entre 2021 e 2022 – de R\$ 251 para R\$ 554 – e leve retração em 2023 (R\$ 512). A RI apresenta um comportamento mais volátil até 2021, mas acompanha Goiânia na tendência de aumento recente. Isso pode ser reflexo de ações articuladas entre municípios ou aumento na destinação de recursos por programas intergovernamentais voltados à prevenção



de riscos naturais e estruturais (Gráfico 24).

O estado do Pará apresentou elevação moderada, iniciando em R\$ 263 em 2019 e chegando a R\$ 426 em 2023. Apesar de valores menores que os observados em Goianésia e na RI, o crescimento constante demonstra um avanço gradual na institucionalização de políticas públicas de prevenção de desastres. A evolução estadual mais suave pode indicar uma distribuição mais homogênea de recursos, porém menos intensiva em áreas com maior vulnerabilidade específica (Gráfico 24).

**Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)**



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 887/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta foi alcançada.





# ODS14 VIDA NA ÁGUA

*Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.*

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

## Despesa per capita com preservação aquática

Em Goianésia do Pará, a despesa per capita com preservação aquática apresentou crescimento progressivo ao longo do período. Partindo de R\$ 41 em 2019, os gastos aumentaram significativamente até 2022 (R\$ 198) e continuaram a subir em 2023, atingindo R\$ 212 por habitante. Essa trajetória positiva sugere a intensificação de ações voltadas à proteção de recursos hídricos, o que pode estar relacionado a políticas ambientais locais ou à adesão a programas estaduais ou federais voltados à sustentabilidade hídrica (Gráfico 25).

A Região de Integração Lago de Tucuruí manteve-se durante



todo o período como a de maior gasto entre os três níveis territoriais, iniciando em R\$ 287 em 2019 e finalizando em R\$ 415 em 2023. O patamar elevado e a recuperação acentuada após queda em 2022 indicam a presença de ações estruturadas e constantes na área de preservação aquática. Isso pode estar relacionado à importância estratégica dos corpos hídricos da região, como o lago de Tucuruí, para abastecimento, energia e bio-

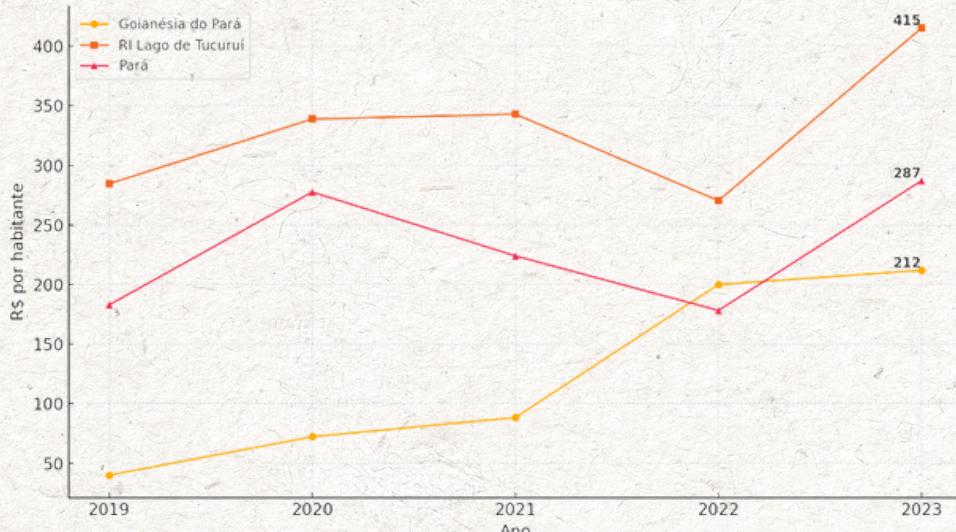
diversidade (Gráfico 25).

No estado do Pará, o comportamento do indicador foi mais instável. A despesa subiu de R\$ 185 em 2019 para R\$ 278 em 2020, sofreu retrações nos dois anos seguintes, e voltou a crescer em 2023, alcançando R\$ 287. Essa oscilação pode indicar a dependência de repasses e projetos específicos, ou reavaliações orçamentárias ao longo do tempo. Apesar disso, o estado manteve-se acima da média de



Goianésia até 2022, mas foi superado pelo município no último ano, refletindo o esforço local em fortalecer a agenda ambiental hídrica (Gráfico 25).

**Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)**



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 212/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

## ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



## Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Em Goianésia do Pará, a cobertura florestal apresentou uma tendência de queda moderada e contínua ao longo do período, passando de 37,3% da área total em 2019 para 35,8% em 2023. A redução, embora não abrupta, indica uma persistente perda de vegetação nativa, provavelmente ligada à expansão de áreas agropecuárias ou madeireiras. A estabilidade dos dois últimos anos sugere uma possível desaceleração no ritmo de desmatamento, mas o patamar ainda revela um cenário de pressão ambiental sobre os remanescentes florestais (Gráfico 26).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o percentual de área de floresta também caiu, partindo de 34% em 2019 e

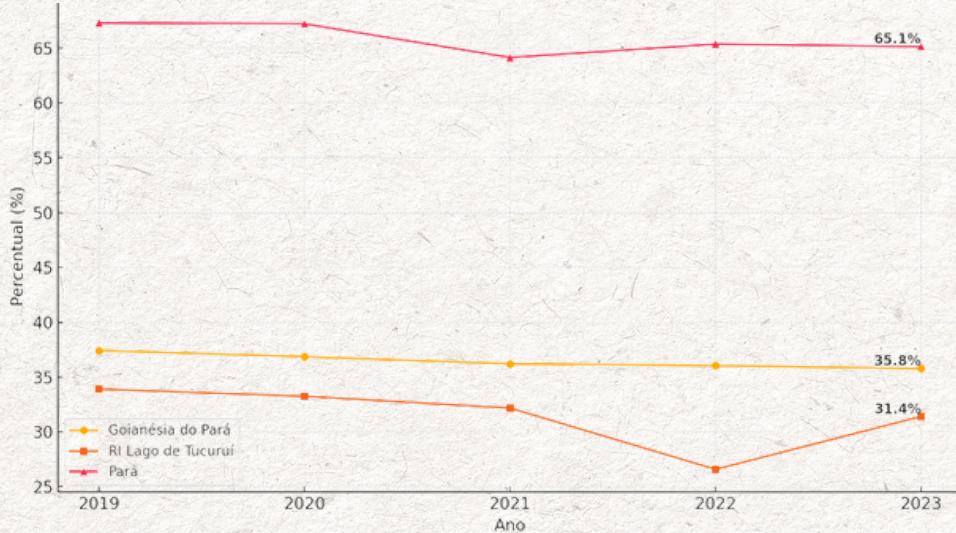
atingindo o ponto mais baixo em 2022 (26,6%), com leve recuperação para 31,4% em 2023. O comportamento mais volátil pode indicar episódios concentrados de desmatamento seguidos de regenerações parciais, ou variações em políticas regionais de conservação. Ainda assim, o resultado de 2023 permanece abaixo

dos níveis iniciais, sinalizando degradação acumulada no território (Gráfico 26).

No estado do Pará, a cobertura florestal se manteve relativamente estável, oscilando levemente entre 67,1% em 2019 e 65,1% em 2023. Apesar de apresentar a maior proporção entre os três níveis analisados, a leve tendência de queda reflete a continuidade da perda florestal em escala estadual, ainda que em ritmo mais controlado. A estabilidade relativa do indicador no estado pode ser atribuída à presença de áreas protegidas e à atuação de políticas ambientais mais efetivas em determinadas regiões (Gráfico 26).



**Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)**



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 35,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



## Percentual da Área Desmatada em relação à área total

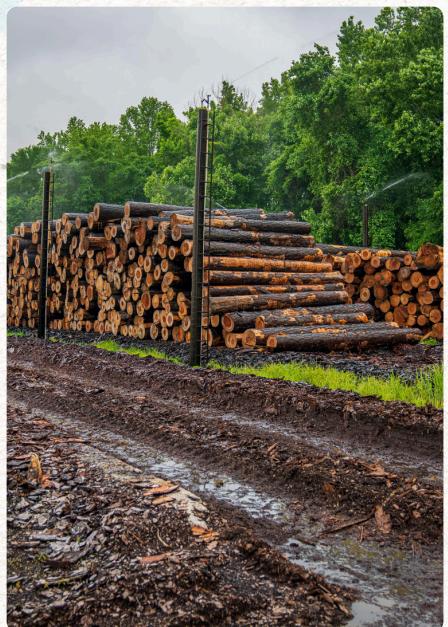
Em Goianésia do Pará, a proporção da área desmatada em relação ao território total aumentou gradualmente, passando de 56,4% em 2019 para 57,4% em 2023. Apesar de aparentemente pequena, essa elevação reflete uma continuidade no avanço do desmatamento, o que é preocupante dado o já elevado percentual de áreas alteradas. O comportamento relativamente estável entre 2022 e 2023 pode indicar uma possível estabilização da fronteira de desmatamento, mas em um nível crítico (Gráfico 27).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o cenário é ainda mais acentuado. O percen-

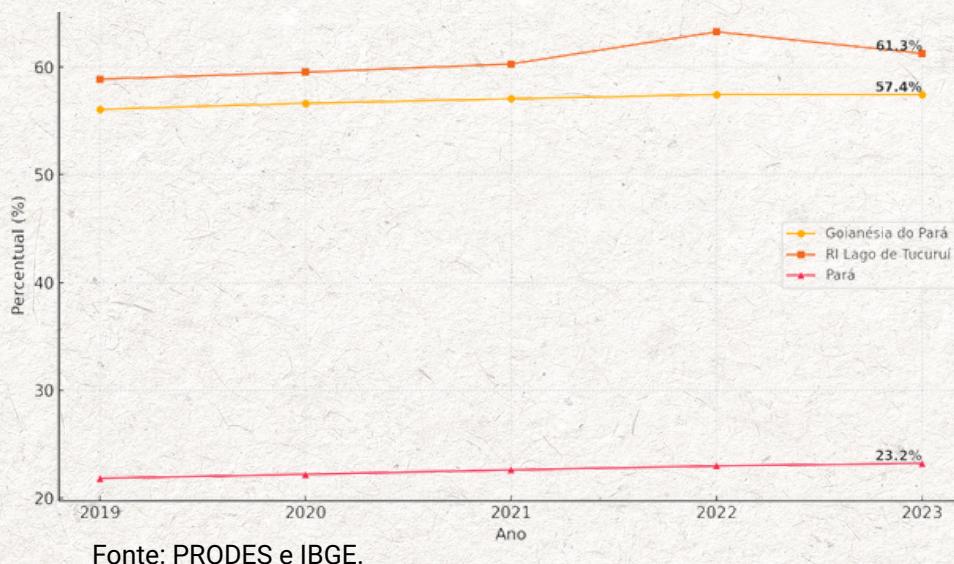
tual aumentou de 58,9% em 2019 para 63,2% em 2022, antes de recuar levemente para 61,3% em 2023. Esse padrão revela um processo de degradação mais intenso, que pode estar associado à atividade madeireira, agricultura extensiva e frágil fiscalização ambiental. Mesmo com a pequena redução no último ano, o nível elevado reforça a urgência de medidas de controle e recuperação ambiental na região (Gráfico 27).

O estado do Pará apresentou o menor percentual de área desmatada, subindo de 21,6% em 2019 para 23,2% em 2023. A leve, mas constante, elevação sinaliza que o desmata-

mento segue ativo em nível estadual, ainda que em proporções menores que nos recortes regional e municipal. A disparidade entre Goianésia, sua RI e o estado como um todo evidencia desigualdades territoriais na pressão ambiental, com áreas específicas acumulando níveis críticos de conversão do uso da terra, exigindo políticas públicas mais direcionadas e eficazes (Gráfico 27).



**Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)**



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 57,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



# ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

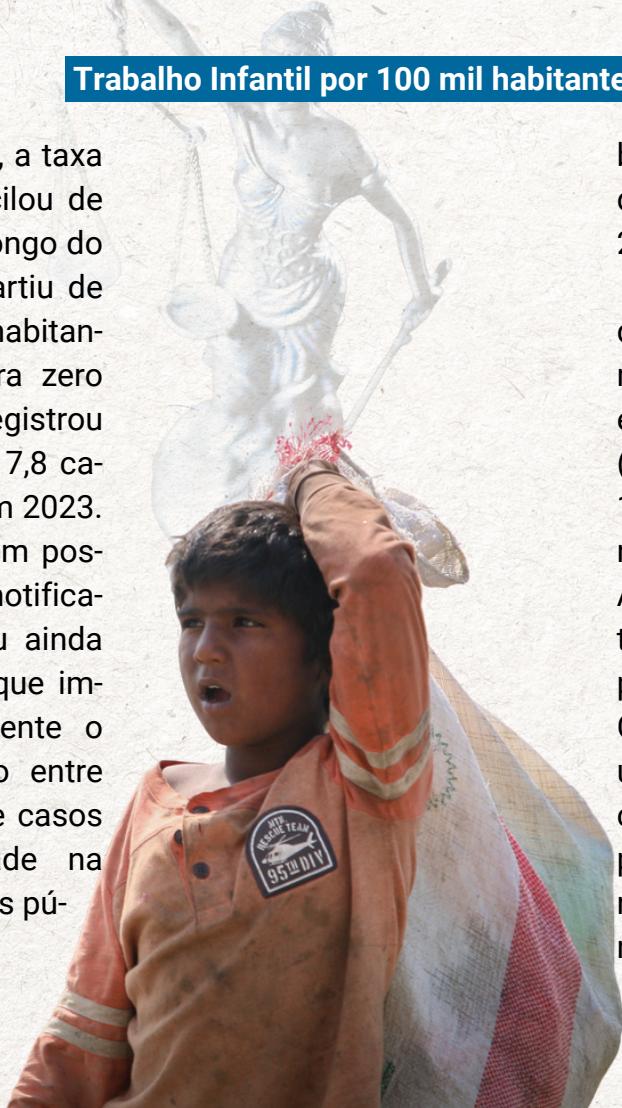
## Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Goianésia do Pará, a taxa de trabalho infantil oscilou de forma significativa ao longo do período. O indicador partiu de 2,8 casos por 100 mil habitantes em 2019, caiu para zero entre 2020 e 2021, registrou um pico em 2022 com 7,8 casos e retornou a zero em 2023. Essas variações sugerem possíveis flutuações na notificação ou fiscalização, ou ainda intervenções pontuais que impactaram temporariamente o fenômeno. A oscilação entre ausência e presença de casos pode indicar fragilidade na continuidade de políticas pú-

*Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.*

blicas voltadas à erradicação do trabalho infantil (Gráfico 28).

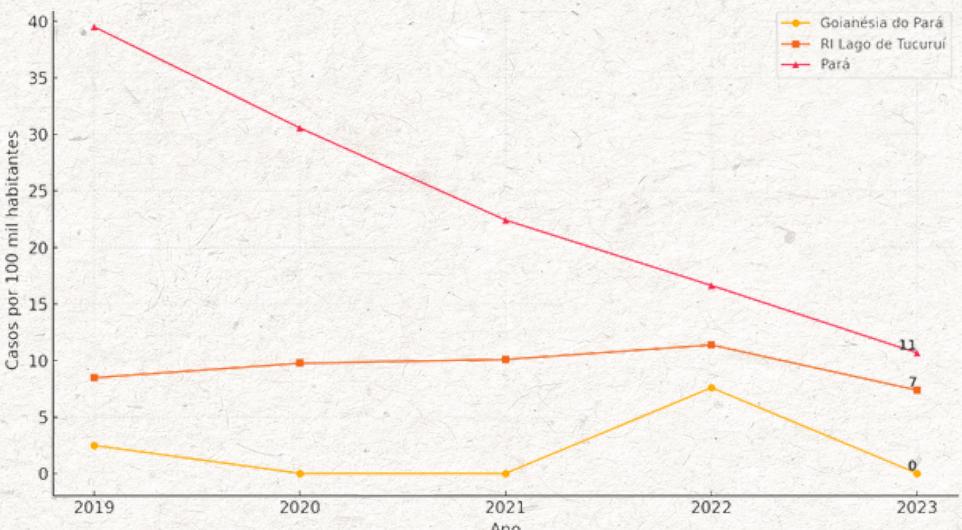
Na Região de Integração Lago de Tucuruí, os dados foram mais estáveis, com uma leve elevação entre 2019 e 2022 (de 8,5 para 11,4 casos por 100 mil habitantes), seguida de redução para 7,3 em 2023. Apesar de não apresentar extremos, os valores se mantêm persistentemente acima de Goianésia, o que pode refletir uma maior presença de crianças em atividades informais, principalmente nas áreas rurais ou economicamente vulneráveis da região (Gráfico 28).





No estado do Pará, a trajetória foi de queda contínua e expressiva. O número de casos caiu de 39,3 por 100 mil habitantes em 2019 para apenas 11 em 2023, o que representa uma redução de mais de 70% no período. Esse resultado sinaliza um avanço consistente nas políticas estaduais de combate ao trabalho infantil, com possível fortalecimento da rede de proteção social, ações educativas e programas de transferência de renda que contribuíram para manter crianças fora do mercado de trabalho precoce (Gráfico 28).

**Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)**



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

### Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em Goianésia do Pará, a taxa de homicídios apresentou grande variação ao longo do período. Após iniciar em um patamar elevado (52 homicídios por 100 mil habitantes em 2019), o índice caiu para 32 em 2020 e manteve-se estável em 2021, antes de explodir para 87,3 em 2022. Em 2023, a taxa caiu para 57, ainda em um nível preocupante. Esse padrão de oscilação sugere que o município enfrenta desafios graves e recorrentes na segurança pública, com episódios pontuais de violência extrema (Gráfico 29).

Na Região de Integração Lago

de Tucuruí, a taxa também variou, mas de forma menos abrupta. Apesar de uma queda entre 2019 e 2020 (de 43,6 para 28,7 homicídios por 100 mil), houve uma recuperação gradual até atingir 50,3 em 2022, seguida de um recuo para 43,3 em 2023. Os dados apontam para um ambiente regional instável, mas com níveis de violência letais abaixo dos registrados no município de Goianésia, indicando maior capacidade de contenção regional ou menor intensidade de conflitos localizados (Gráfico 29).

No estado do Pará, o compor-

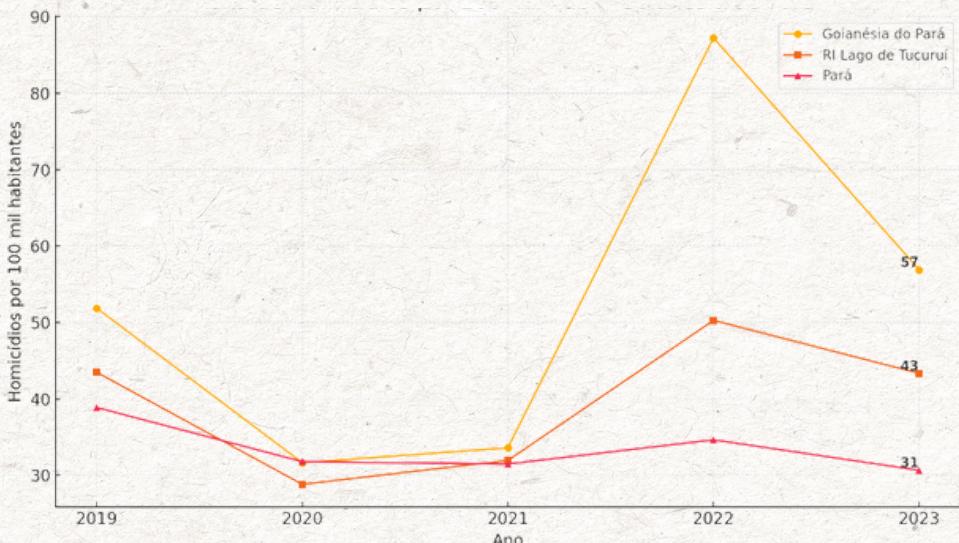
tamento da taxa foi mais estável, com tendência leve de queda. O indicador caiu de 38,4 homicídios por 100 mil habitantes em 2019 para 31,1 em 2023, mantendo-se consistentemente abaixo dos níveis municipal e regional. Esse desempenho positivo pode refletir a atuação de políticas estaduais de segurança pública mais estruturadas, investimentos em policiamento, monitoramento e programas de prevenção à violência. Ainda assim, o patamar permanece elevado frente à média nacional desejável, evidenciando desafios ainda presentes no combate à



criminalidade letal (Gráfico 29).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 57 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

**Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)**



Fonte: DATASUS e IBGE.

# ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





## Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, Goianésia do Pará manteve um patamar elevado de gasto público municipal em relação ao PIB, variando entre 30,5% e 32,7%. O valor mais alto foi registrado em 2020, com 32,7%, seguido por uma leve queda em 2021 e nova elevação para 32,1% em 2022. Esses percentuais indicam uma forte presença do setor público local na dinâmica econômica do município, o que pode ser reflexo da dependência de transferências intergovernamentais, da baixa base produtiva privada ou de uma estratégia ativa de indução econômica via gasto público (Gráfico 30).

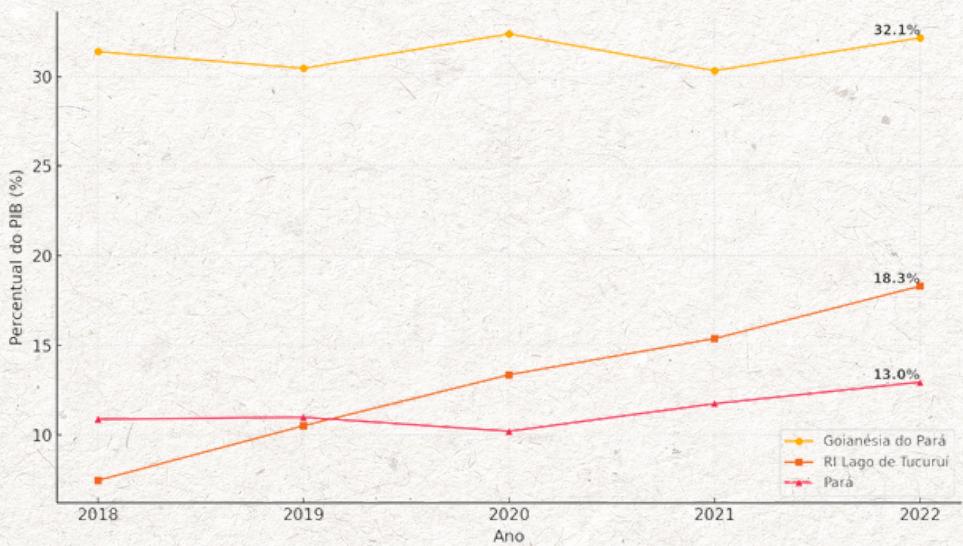
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 32,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, observou-se uma trajetória de crescimento constante do indicador. Em 2018, o gasto público representava apenas 7,3% do PIB regional, mas esse percentual aumentou ano após ano, atingindo 18,3% em 2022. Essa evolução pode estar relacionada à ampliação da estrutura administrativa nos municípios da região ou ao aumento das receitas transferidas, refletindo uma tentativa de reduzir desigualdades por meio do fortalecimento das capacidades fiscais locais (Gráfico 30).

No estado do Pará, o gasto público municipal como per-

centual do PIB teve comportamento mais estável e menos acentuado, oscilando entre 10,2% e 13,0% no período. O crescimento gradual indica uma ampliação moderada do papel do setor público municipal na economia estadual, sem rupturas bruscas. Comparativamente, Goianésia do Pará manteve um perfil muito acima da média estadual e regional, o que pode indicar tanto maior autonomia e intensidade de atuação do poder público local quanto uma economia privada proporcionalmente menos desenvolvida (Gráfico 30).

**Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022)**



Fonte: STN e IBGE.



## Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, Goianésia do Pará apresentou uma evolução gradual na taxa de acesso à banda larga fixa, partindo de 1,2 pontos por 100 habitantes em 2019 e alcançando 3,5 pontos em 2023. O crescimento mais expressivo ocorreu entre 2022 e 2023, indicando um esforço recente de expansão da infraestrutura digital ou aumento na demanda por serviços de internet fixa. Apesar da tendência positiva, o município ainda permanece em um patamar relativamente baixo, evidenciando a necessidade de investimentos mais robustos para garantir conectividade ampla e de qualidade (Gráfico 31).

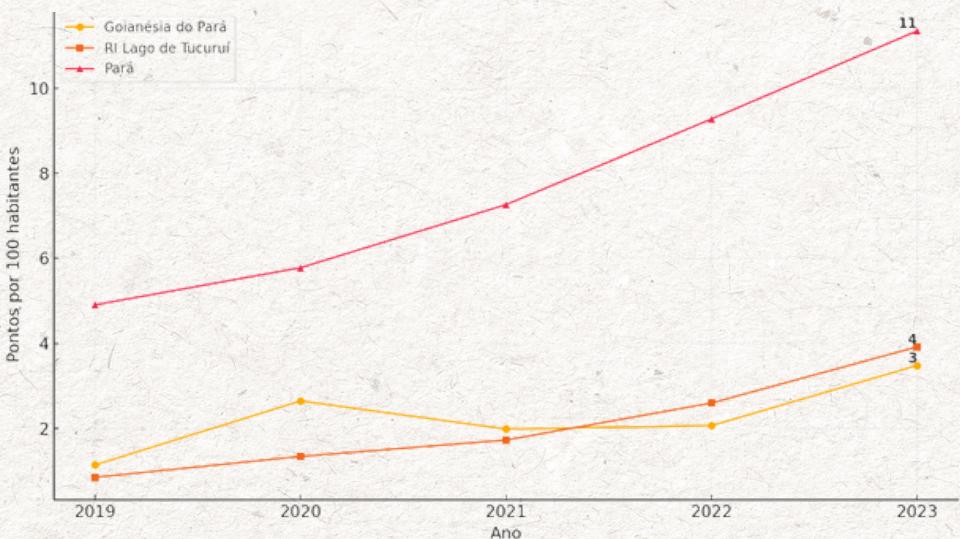
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o crescimento foi igualmente gradual, iniciando em 0,8 ponto por 100 habitantes em 2019 e chegando a 4,0 em 2023. A evolução foi mais constante e com maior aceleração a partir de 2021, ultrapassando Goianésia nos dois últimos anos da série. Essa dinâmica pode ser resultado de políticas regionais de inclusão digital, ampliação de cobertura por provedores ou maior urbanização em municípios da RI com maior capacidade de investimento e atratividade de mercado (Gráfico 31).

O estado do Pará apresentou a trajetória mais destacada entre os três recortes, saindo

de 4,9 pontos por 100 habitantes em 2019 e alcançando 11,0 em 2023. O crescimento foi consistente e mais acelerado, especialmente a partir de 2021. Esse desempenho sinaliza um avanço estadual significativo na difusão da banda larga fixa, possivelmente impulsionado por programas públicos, parcerias com operadoras e aumento da demanda nos centros urbanos. O contraste entre o estado e os níveis municipal e regional reforça as desigualdades de acesso, com Goianésia e sua RI ainda enfrentando desafios importantes de conectividade digital (Gráfico 31).

**Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)**



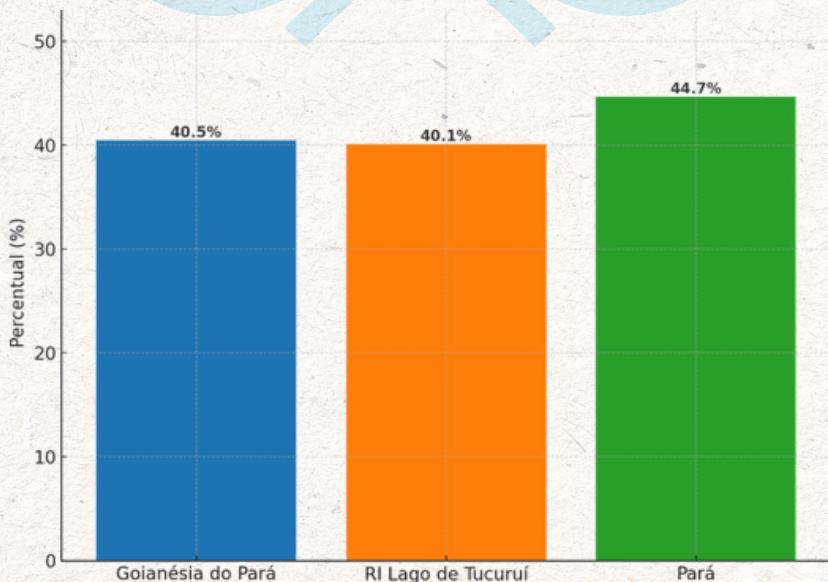
Fonte: ANATEL e IBGE.

# Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Goianésia do Pará** registrou um IDS de **40,5%** (gráfico 32).

**Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Goianésia do Pará x RI Lago de Tucuruí x Pará (2025)**



## Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



## Anexo I

# Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

**Figura 1** - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



**Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo**



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposita por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução descentralizada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



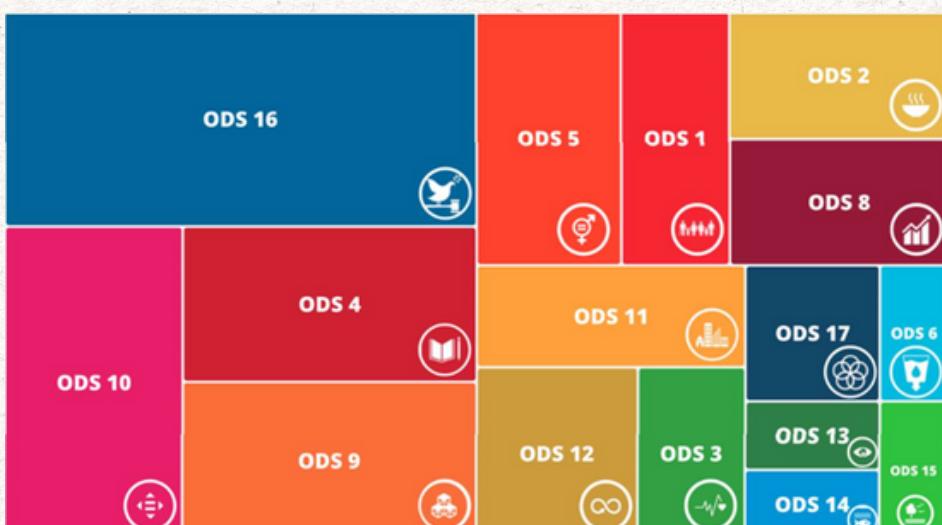
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

**Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS**



Fonte: Seplad, 2023.

## Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

**Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027**



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

## Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Aveiro na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Acará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



## Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



## Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparéncia e o aprimoramento da governança pública.

\*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



## FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

[www.fapespa.pa.gov.br](http://www.fapespa.pa.gov.br)

